



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 1 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Comissão de Contratação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, inscrito no CNPJ sob nº 22.112.109/0001-53, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, situada na Rua dos Funcionários, 1323, esquina com a Rua Recife, Cabral, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

| | |
|--|--|
| PREGÃO ELETRÔNICO: 235/2026 TIPO: MENOR PREÇO SRP | Acolhimento/Abertura/Disputa/Divulgação de Propostas: Até 08h30min do dia 23/03/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital. |
|--|--|

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição do Grupo XIV –Orgânicos - açúcar demerara orgânico, arroz polido orgânico – até tipo 2, farinha de mandioca torrada orgânica, farinha de milho biju orgânica, farinha de trigo orgânica – tipo 1, feijão preto orgânico – até tipo 2 e fubá de milho orgânico,, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 22.981.600,00 (vinte e dois milhões, novecentos e oitenta e um mil e seiscentos reais)**

3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras>.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Compras Públicas <https://www.gov.br/compras> e no Portal do Compras Paraná, www.comprasparana.pr.gov.br;

Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira Saionara Cristina Bocalon e equipe de apoio, designadas pela Portaria n.º 579/2025, servidores(as) do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR.

E-mail: closeed@fundepar.pr.gov.br

Telefones: (41) 2117-8288 / 2117-8286 / 2117-8314



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 2 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Endereço: Rua dos Funcionários, 1323, esquina com a Rua Recife, Cabral – CEP 80.035-050 Curitiba / Paraná.

O atendimento será feito no horário das 8h30min às 12:00 horas e das 13h30min às 17h30min.

4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico GMS/Compras Paraná (www.comprasparana.pr.gov.br) ou pelo e-mail da Comissão de Contratação (closeed@fundepar.pr.gov.br) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, caso o recebimento se dê por e-mail da Comissão, este também será transcrito no sítio do Compras Paraná.

4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os documentos pertinentes ao certame (Edital, anexos, elementos técnicos) estarão à disposição dos interessados no sítio do GMS/Compras Paraná e no Portal da Transparência, pelo link <https://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes> informando o Ano “___”, o Número do Edital “___”.

5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

5.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2 É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

5.3 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 3 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 GARANTIA:

5.1. Será exigida garantia da execução do contrato, na forma da cláusula 12 da Minuta de Contrato (Anexo VII).

6 CONSÓRCIO:

6.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

7 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo I.I – Manual de Especificação Técnica;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Órgão/Local(is) de Entrega;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato
- Anexo IX - Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP
- Anexo X – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras>

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual (<https://www.gov.br/compras>).

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras Públicas do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras>) e para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual Portal Nacional de Compras Públicas, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras> ou, ainda, por meio dos telefones **(41) 2117-8288 / 2117-8286 / 2117-8314** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual [Portal do Compras do Governo Federal] implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,10 (dez centavos de real).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-.



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 7 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro), sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema ou correio eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 9 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, a Comissão de Contratação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.1.1 O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

11.2 Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

11.4 Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

11.5 Não há interesse por parte desta Administração, e em conformidade com o inciso III, art. 297 e inciso IV, ambos do Decreto nº 10.086, de 2022, considerando-se as justificativas do setor demandante a adesão à Ata de Registro de Preços.

11.6 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

11.7 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

11.7.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

11.7.2 O reajuste dos preços será feito de forma automática pela Administração com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo por termo inicial a data do orçamento estimado de **08/12/2025**, e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da última atualização.

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

12.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

12.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

12.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

12.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

12.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

13.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

14.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

14.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



**Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 13 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 04 de março de 2026

Saionara Cristina Bocalon
Pregoeira
Portaria 579/2025- Fundepar

| |
|--|
| Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 14 de 75) Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906 |
|--|

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1 OBJETO

1.1 Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição do Grupo XIV –Orgânicos - açúcar demerara orgânico, arroz polido orgânico – até tipo 2, farinha de mandioca torrada orgânica, farinha de milho biju orgânica, farinha de trigo orgânica – tipo 1, feijão preto orgânico – até tipo 2 e fubá de milho orgânico, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná. A aquisição será dividida em 7 (sete) lotes, cada qual composto por um único item, conforme especificações constantes na tabela abaixo:

| Lote 1 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) (Critério de Aceitabilidade de Preços) | Valor total máximo (R\$) |
|---------------|--|---|--------------------------|-------------------|---|---------------------------------|
| Item 1 | Açúcar Demerara Orgânico GMS: 8910.97520 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 60.000 | R\$ 9,36 | R\$ 561.600,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 561.600,00 | |

| Lote 2 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) (Critério de Aceitabilidade de Preços) | Valor total máximo (R\$) |
|---------------|--|---|--------------------------|-------------------|---|---------------------------------|
| Item 1 | Arroz Polido orgânico – até tipo 2 GMS: 8908.87361 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 1.000.000 | R\$ 9,92 | R\$ 9.920.000,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 9.920.000,00 | |

| Lote 3 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) (Critério de Aceitabilidade de Preços) | Valor total máximo (R\$) |
|---------------|--|---|--------------------------|-------------------|---|---------------------------------|
| Item 1 | Farinha de mandioca torrada orgânica GMS: 8909.97533 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 110.000 | R\$ 16,35 | R\$ 1.798.500,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 1.798.500,00 | |

| Lote 4 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) (Critério de Aceitabilidade de Preços) | Valor total máximo (R\$) |
|---------------|--|---|--------------------------|-------------------|---|---------------------------------|
| Item 1 | Farinha de milho biju Orgânica GMS: 8909.97629 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 110.000 | R\$ 18,39 | R\$ 2.022.900,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 2.022.900,00 | |

| |
|--|
| Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 15 de 75) Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906 |
|--|

| Lote 5 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) (Critério de Aceitabilidade de Preços) | Valor total máximo (R\$) |
|--------------|--|---|-------------------|------------|--|--------------------------|
| Item 1 | Farinha de trigo orgânica – tipo 1 GMS: 8909.97730 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 80.000 | R\$ 15,01 | R\$ 1.200.800,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 1.200.800,00 | |

| Lote 6 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) (Critério de Aceitabilidade de Preços) | Valor total máximo (R\$) |
|--------------|---|---|-------------------|------------|--|--------------------------|
| Item 1 | Feijão preto orgânico GMS: 8908.87369 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 300.000 | R\$ 19,91 | R\$ 5.973.000,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 5.973.000,00 | |

| Lote 7 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) (Critério de Aceitabilidade de Preços) | Valor total máximo (R\$) |
|--------------|--|---|-------------------|------------|--|--------------------------|
| Item 1 | Fubá de milho Orgânico GMS: 8909.97537 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 80.000 | R\$ 18,81 | R\$ 1.504.800,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 1.504.800,00 | |

Valor total estimado para a licitação de: **R\$ 22.981.600,00 (vinte e dois milhões, novecentos e oitenta e um mil e seiscentos reais)**

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

1.2.1. As características do gênero alimentício estão descritas no Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I) para o sistema de registro de preços modalidade pregão eletrônico.

1.2.2 Antes da contratação, se for de interesse do Departamento de Nutrição e Alimentação poderão ser solicitados produtos para verificação da conformidade com o descritivo técnico apresentado no momento da habilitação e o Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I).

1.2.3. Os lotes contratados e entregues na unidade armazenadora passarão obrigatoriamente por inspeção de recebimento, e poderão passar por análises através de laboratório contratado pelo FUNDEPAR. As características dos produtos serão aferidas com base nos critérios e parâmetros definidos no MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (Anexo I.I).

1.2.4. Poderão ser efetuadas outras análises laboratoriais para a determinação de contaminação por microrganismos, substâncias tóxicas e sempre que se tornar necessária à obtenção de dados sobre a composição, estado higiênico-sanitário do produto e outros.

1.2.5. Em qualquer tempo poderão ser coletadas amostras dos produtos diretamente nos estabelecimentos de ensino para realização das análises descritas no Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I), Padrão de Identidade e Qualidade.

1.2.6. Em qualquer fase durante a vigência do contrato, o Departamento de Nutrição e Alimentação poderá solicitar apoio e/ou conteúdo técnico para confecção de manuais e orientações às unidades escolares,

relacionados aos produtos contratados, bem como a solicitação de amostras para realização de testes de aceitabilidade.

1.2.7. A equipe técnica do Departamento de Nutrição e Alimentação poderá, em qualquer momento, realizar visita técnica às instalações da fábrica do fabricante e/ou fornecedor, como procedimento usual de verificação da área técnica. Tal prática integra a rotina profissional da nutricionista responsável, com o objetivo de observar as condições de produção e de armazenamento, assegurando que os gêneros alimentícios adquiridos pela Administração atendam aos padrões de qualidade e não representem riscos à saúde dos estudantes.

1.2.8. O Tempo de realização de análise pelo laboratório contrato pelo FUNDEPAR será de acordo com o Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I).

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 A padronização está descrita no Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I).

1.3.2 A entrega do descritivo técnico solicitada pela equipe técnica conforme padronização detalhada do Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I) será indispensável a empresa vencedora para fins de cadastramento no Sistema Eletrônico de distribuição e entrega universal do produto padronizado aos estabelecimentos de ensino.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O produto deverá ser entregue em tantas etapas quantas forem solicitadas pela Administração, com os intervalos entre as entregas definidos de acordo com as necessidades da mesma e em conformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.

1.4.2 O prazo para a entrega dos objetos contratados pela empresa vencedora será de até 20 (vinte) dias corridos, observado o cronograma e as condições estabelecidas no contrato. Quando a entrega ocorrer de forma parcelada, cada etapa de entrega deverá ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, igualmente contados a partir da emissão da ordem de fornecimento correspondente, conforme definido contratualmente. As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, na Unidade Armazenadora indicada pelo FUNDEPAR, nos termos e horários estabelecidos no contrato;

1.4.3 A CONTRATADA deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar os objetos, conforme as condições e necessidades do órgão deste registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses.

1.4.4. As entregas dos produtos deverão ser efetuadas na Unidade Armazenadora, localizada na Avenida Ayrton Senna da Silva nº 2094 – CEP: 83.320-970 – Pinhais – PR, de acordo com o contrato, nas condições estabelecidas no MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.

1.4.5 A cada entrega deverá ser realizada nova verificação das conformidades dos produtos, considerando que se trata de entrega parcelada. As verificações, bem como a inspeção e coleta dos itens contratados estão detalhadas no MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (Anexo I.I).

1.4.6 A Administração irá solicitar o croqui do rótulo, o certificado de conformidade orgânica – fornecido por certificadora oficial ou sistema participativo de garantia (SPG) e o descritivo técnico em conformidade com o Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I) que tem por objetivo garantir a qualidade da futura contratação.

1.4.6.1 Entende-se por croqui do rótulo como o delineamento do espelho do produto, contendo todos os itens obrigatórios do rótulo definitivo.

1.5 JULGAMENTO DA PROPOSTA.

1.5.1 O primeiro licitante classificado, deverá entregar, no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis, a contar da notificação do Pregoeiro, e por meio do sistema eletrônico: 1) Descritivo técnico; 2) Croqui do Rótulo; 3) Certificado de Conformidade Orgânica, fornecido por Certificadora Oficial ou Sistema Participativo de Garantia (SPG), a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexos.

1.5.2 O descritivo técnico e o croqui do rótulo serão submetidos à avaliação, sendo realizada por no mínimo 2 (dois) nutricionistas da Coordenação de Planejamento da Alimentação Escolar;

1.5.3 Compete ao Departamento de Nutrição e Alimentação examinar descritivo técnico e o croqui e emitir o Termo de



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 17 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Aprovação/Reprovação;

1.5.4 O critério de exame se restringe à verificação da conformidade dos documentos – descritivo técnico e croqui do rótulo, ao bem ofertado, confrontados com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I), no Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I).

1.5.5 No momento da entrega, além da análise do croqui, serão verificadas no site oficial do MAPA <https://dados.agricultura.gov.br/dataset/cadastro-nacional-de-produtores-organicos> as informações apresentadas pelo proponente referentes ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO);

1.5.6 O critério de avaliação do croqui do rótulo se restringe à verificação da presença dos seguintes itens obrigatórios:

- a) Denominação (Nome específico que indique a natureza e característica);
- b) Marca;
- c) Composição (nomenclatura de acordo com o PIQ);
- d) Identificação do Fabricante ou Embalador;
- e) Endereço do Fabricante ou Embalador;
- f) Data de Validade Ou Prazo de Validade (Neste formato: __ / __ / __);
- g) Número do Lote;
- h) Peso Líquido;
- i) Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (Selo SisOrg)
- j) Dizeres de “Proibida a venda”, conforme Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I)

1.5.7 O Departamento de Nutrição e Alimentação através da equipe técnica, procederá avaliação técnica observando rigorosamente as informações contidas no descritivo técnico e observando os critérios a seguir:

- a) Denominação (Nome específico que indique a natureza e característica);
- b) Informações do fabricante (Nome, endereço, CNPJ, telefone e e-mail);
- c) Informações da marca;
- d) Ingredientes (nomenclatura conforme PIQ);
- a. Todos os aditivos alimentares devem ser especificados (tipo e natureza);
- e) Informação nutricional;
- f) Modo de conservação (antes e depois de aberto);
- g) Modo de preparo (quando necessário);
- h) Tipo e capacidade da embalagem primária (descrever a embalagem sem abreviações; utilizar apenas uma capacidade de embalagem primária);
- i) Tipo e capacidade da embalagem secundária (descrever a embalagem sem abreviações; utilizar apenas uma capacidade de embalagem secundária);
- j) Validade (antes e após aberto);
- k) Empilhamento máximo recomendado (durante o transporte).

1.5.8 O recebimento do descritivo técnico, avaliação técnica e parecer conclusivo será registrado em formulário próprio, conforme modelo a seguir:

FORMULÁRIO DE RECEBIMENTO, AVALIAÇÃO E PARECER CONCLUSIVO

| 1. INFORMAÇÕES GERAIS | |
|-----------------------------------|-------|
| Nome do Produto: | |
| Pregão nº: | Lote: |
| Marca: | |
| Fabricante: | |
| Proponente: | CNPJ: |
| 2. RECEBIMENTO | |
| Data de recebimento: __ / __ / __ | |



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 18 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Envio pelo e-mail:

3. AVALIAÇÃO

Data da avaliação: ____ / ____ / ____

Critério 1 – As informações do croqui do rótulo atendem às especificações técnicas?

- Denominação (Nome específico que indique a natureza e característica);
- Marca;
- Composição (nomenclatura de acordo com o PIQ);
- Identificação do Fabricante ou Embalador;
- Endereço do Fabricante ou Embalador;
- Data de Validade Ou Prazo de Validade (Neste formato: ____ / ____ / ____);
- Número do Lote;
- Peso Líquido;
- Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (Selo SisOrg)
- Dizeres de “Proibida a venda”, conforme Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I)

() Sim

() Não

Observações:

Critério 2 — As informações do descritivo técnico atendem às especificações técnicas?

- Denominação (Nome específico que indique a natureza característica)
- Informações do fabricante (Nome, endereço, CPNJ, telefone e e-mail);
- Informações da marca;
- Ingredientes (nomenclatura de acordo com o PIQ);
 - a. Todos os aditivos alimentares devem ser especificados (tipo e natureza);
- Informação nutricional;
- Modo de conservação (antes e depois de aberto);
- Modo de preparo (se necessário);
- Tipo e capacidade da embalagem primária (descrever a embalagem sem abreviações; utilizar apenas uma capacidade de embalagem primária);
- Tipo e capacidade da embalagem secundária (descrever a embalagem sem abreviações; utilizar apenas uma capacidade de embalagem secundária);
- Validade (antes e após aberto);
- Empilhamento máximo recomendado (durante o transporte)

() Sim

() Não

Observações:

Critério 3 – Ausência de ingredientes não permitidos (a presença de ingredientes não permitidos acarretará em reprovação do produto)

() Sim

() Não

Observações:

Critério 4 – Possui Cadastro Nacional de Produtor Orgânico (CNPO) ?

(<https://dados.agricultura.gov.br/dataset/cadastro-nacional-de-produtores-organicos>) (consulta no MAPA)

() Sim

() Não

Observações:

Critério 5 – Possui certificação de conformidade orgânica?

() Sim

() Não

Observações:

4. PARECER CONCLUSIVO

Produto aprovado?

() Sim

() Não

A equipe técnica responsável pela avaliação técnica, de acordo com os critérios propostos, considera que o descritivo técnico do item avaliado está **satisfatório ou insatisfatório**, estando o produto **apto ou inapto, com ou sem necessidades de alteração**, a ser adquirido para compor os cardápios dos estabelecimentos de ensino estaduais do Paraná, por esta empresa proponente.

Observação: Em caso de não conformidade, os ajustes deverão ser adequados de acordo com os itens 1.5.11, 1.5.11.1 e 1.5.11.2

Equipe que realizou a avaliação do descritivo:

Nome: _____ Função: _____ RG: _____

Nome: _____ Função: _____ RG: _____

Nome: _____ Função: _____ RG: _____

Responsável pela avaliação técnica:

RG: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

1.5.9 Critérios para aprovação: estará aprovado o produto que obtiver avaliação global “satisfatória” considerando os cinco critérios de avaliação técnica do descritivo e croqui (critério 1) – opção: sim; (critério 2) – opção: sim; (critério 3) – opção: sim; (critério 4) – opção: sim; (critério 5) – opção: sim.

1.5.10 Critérios para reprovação: não atendimento da caracterização do produto do Manual de Especificação Técnica (item 1 do Padrão de Identidade e Qualidade), não possuir cadastro no CNPO (critério 3), não entrega dos documentos que integram (critério 1, 2 e 5) e/ou não atendimento a Resolução nº 06/2020 e nº 003/2025 (Dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar);

1.5.11 Poderão ser feitos ajustes de eventuais não conformidades do produto pelo fornecedor (critérios 1 e 2).



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 20 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Ressaltamos que não poderão ser alterados os ingredientes, a marca, o fabricante e outros documentos do presente Certame;

1.5.11.1 Na análise do descritivo técnico e croqui do rótulo para fins de julgamento da proposta da empresa, as não conformidades referentes aos itens apontados pela equipe do Departamento de Nutrição e Alimentação, deverão ser adequados conforme descrito no formulário 1.4.15. Além disso, o descritivo técnico e/ou croqui do rótulo readequado deverá ser reencaminhado para o e-mail closeed@fundepar.pr.gov.br em até 48 horas.

1.5.11.2 Na hipótese a que se refere o item acima, o proponente terá 1 (uma) oportunidade de adequação do descritivo técnico e/ou croqui do rótulo no prazo de até 48 horas a partir da notificação.

1.5.12 Entende-se por entrega de documentos a data na qual eles são efetivamente entregues via endereço eletrônico.

1.5.13 Para o exame do descritivo técnico e do croqui do rótulo, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.14 Compete ao órgão/entidade examinar o descritivo técnico, o croqui do rótulo e os documentos que o integram, e emitir o Termo de Aceite.

1.5.15 Quando o licitante indicar as especificações técnicas do item no campo “Informações Adicionais” do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, o(s) descritivo(s) técnico(s) apresentado(s) deve(m) ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.16 No caso de o licitante vencedor de qualquer um dos lotes ter seu descritivo técnico e/ou croqui do rótulo reprovados ou entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que o descritivo técnico e o croqui do rótulo apresentados sejam aceitos pela Administração.

1.5.17 O licitante que não apresentar o descritivo técnico e demais documentos no prazo previsto no item 1.4.8 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.18 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do item da licitação somente rotulado de acordo o descritivo e o croqui do rótulo apresentados e aprovados.

1.5.19 A apresentação e aceite do descritivo técnico e croqui do rótulo não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.20 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

1.6 AMOSTRA

1.6.1 Não se aplica a entrega de amostras no momento da habilitação Técnica.

1.6.1.1 Para fins de julgamento da proposta, a verificação da conformidade do bem ofertado com as exigências técnicas estabelecidas no Manual de Especificação Técnica e no Padrão de Identidade e Qualidade será realizada, mediante a análise do descritivo técnico, do croqui do rótulo e do Certificado de Conformidade Orgânica apresentados pelo licitante.

1.6.2 Poderá ser realizada a análise de amostras dos itens:

1.6.2.1 Antes da contratação do lote, mediante solicitação da Administração Pública, para verificação da conformidade com o descritivo técnico apresentado no momento da habilitação e o Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I).

1.6.2.2 Após a contratação do lote e entrega na unidade armazenadora, mediante a realização de coleta e análises laboratoriais pelo laboratório contratado pelo FUNDEPAR. As características dos produtos serão aferidas com base nos critérios e parâmetros definidos no MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (Anexo I.I).

1.6.3 Em qualquer tempo poderão ser coletadas amostras dos produtos diretamente nos estabelecimentos de ensino para realização das análises descritas no Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I), Padrão de Identidade e Qualidade.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1 Em observância à Orientação Administrativa nº 57-PGE, editada pela Resolução PGE nº 150/2022, e em cumprimento à Seção IV, do Capítulo I, do Título I, e ao art. 732 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, a futura contratação encontra-se compatibilizada com o Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2025/2026 elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, em consonância com as orientações da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes. O alinhamento entre a contratação e o planejamento orçamentário foi realizado previamente, com vistas a garantir a racionalidade no uso dos recursos públicos e o atendimento equilibrado das demandas de gêneros alimentícios, observando-se o orçamento estadual e as previsões de transferências federais. A previsão da presente contratação consta do Plano de Contratações Anual de 2025, disponível para consulta pública no portal da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.planejamento.pr.gov.br/Pagina/PCA-E>

2.2 Considerando a natureza do objeto da contratação, consistente na aquisição de gêneros alimentícios com especificações previamente padronizadas, cujas características são comuns, objetivamente definidas e amplamente disponíveis no mercado, optou-se pela modalidade Pregão Eletrônico, a ser processada pelo Sistema de Registro de Preços (Ata de Registro de Preços), conforme autorizado pelos arts. 28, inciso II, 55 e 78 da Lei nº 14.133/2021, e pelos arts. 183, 184 e 185 do Decreto Estadual nº 10.086/2022. A modalidade Pregão revela-se a mais adequada, por se tratar de bens comuns cuja definição e avaliação independem de juízo técnico subjetivo, permitindo o julgamento das propostas com base em critérios exclusivamente objetivos. Ademais, o Pregão Eletrônico assegura ampla competitividade e isonomia entre os licitantes, conforme preconiza o art. 17, inciso II, do Decreto Estadual nº 10.086/2022. O critério de julgamento pelo menor preço, previsto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, foi adotado por se adequar à natureza da contratação, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e transparência. Este critério garante a comparação objetiva das ofertas, assegurando que o resultado reflita o melhor custo-benefício sem comprometer a qualidade ou as especificações do objeto.

2.3 Quanto ao modo de disputa aberto, sua escolha encontra respaldo no art. 55 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 195 do Decreto Estadual nº 10.086/2022. Este modo possibilita lances públicos e sucessivos entre os licitantes, promovendo ampla competitividade e favorecendo a obtenção do preço mais vantajoso em ambiente transparente. Ademais, contribui para mitigar assimetrias informacionais, assegurando a lisura e economicidade do certame. A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela recorrência e imprevisibilidade das demandas, características típicas da aquisição de gêneros alimentícios para atendimento de unidades descentralizadas, permitindo planejamento orçamentário eficiente e futuras contratações com condições previamente registradas, conforme disposto nos arts. 82 e seguintes do Decreto Estadual nº 10.086/2022. Dessa forma, a combinação da modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço e modo de disputa aberto, bem como a utilização do SRP, atende integralmente aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e transparência, demonstrando-se plenamente adequada e juridicamente amparada para a presente contratação.

2.4 O Programa de Alimentação escolar representa a política pública mais longa do Brasil na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), atende diariamente em média 1,1 milhão de alunos da rede estadual de ensino, por meio do envio de gêneros alimentícios não perecíveis, congelados e ovos adquiridos por Sistema de Registro de Preços – Pregão Eletrônico e perecíveis e outros grupos de alimentos por Chamada Pública da Agricultura Familiar. O planejamento dos cardápios do Programa de Alimentação Escolar deve atender o disposto na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, a qual determina que a alimentação escolar seja saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, atendendo as necessidades nutricionais dos alunos em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, contribuindo assim para o rendimento escolar. A Resolução também prevê que os gêneros alimentícios a serem adquiridos devem ser no mínimo 75% in natura ou minimamente processados, assim como recomendado no Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), de maneira que sejam ofertados esses alimentos como base para a alimentação dos escolares. A exigência do Capítulo V do Processo de Aquisição da Resolução nº 006/2020 determina: “Art. 23 A aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio

planejado pelo nutricionista, observando as diretrizes desta Resolução, e deverá ser realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, priorizando os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.” Os gêneros alimentícios a serem adquiridos neste grupo são açúcar demerara orgânico, arroz polido orgânico, farinha de mandioca torrada orgânica, farinha de milho biju orgânica, farinha de trigo orgânica, feijão preto orgânico e fubá de milho orgânico, constituindo em ingredientes essenciais para a preparação das refeições ofertadas aos escolares.

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, o açúcar demerara, arroz, feijão e as farinhas, são classificados como alimentos minimamente processados, pois seu processamento envolve apenas processos de limpeza, remoção de partes não comestíveis ou indesejáveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pasteurização, refrigeração, congelamento e processos similares que não envolvam agregação de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias aos alimentos originais. O açúcar demerara é uma fonte rápida de energia e pode ser utilizado para adoçar chás, café, criar doces caseiros à base de frutas, leite e ovos e para fazer bolos e tortas à base de farinhas. De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, desde que esse alimento seja utilizado com moderação em preparações culinárias com base em alimentos in natura ou minimamente processados, o açúcar contribui para diversificar e tornar mais saborosa a alimentação sem que fique nutricionalmente desbalanceada.

No Brasil, o arroz e o feijão são a base alimentar da população, sendo considerado hábito o seu consumo combinado. Além disso, do ponto de vista nutricional, o consumo dos dois juntos oferece uma fonte completa aminoácidos essenciais necessários à saúde. Os aminoácidos essenciais são moléculas que compõem as proteínas e recebem esse nome pois não são produzidos pelo organismo, por isso, precisam ser adquiridos através da alimentação.

O arroz é rico em metionina e deficiente em lisina. Já o feijão é rico em lisina e deficiente em metionina. A combinação dos dois é, portanto, uma ótima fonte de proteína. Além do aporte de fibras, de carboidratos fornecendo energia e vitaminas para o dia a dia. O arroz é um alimento versátil, podendo ser consumido também em preparações salgadas com legumes, verduras, ovos e carnes, como em vários tipos de risoto, arroz à grega, arroz carreteiro, galinhada, sopas e também doces tradicionais brasileiros como o arroz doce. O feijão, por sua vez, é uma excelente fonte de proteínas vegetais, fibras, ferro, potássio e outros nutrientes essenciais.

As refeições oferecidas aos estudantes devem considerar a adequação de alimentos que promovam energia, entre eles o grupo dos carboidratos. A farinha de mandioca torrada, farinha de milho biju e a farinha de trigo, são excelentes opções fontes de carboidratos, fibras, antioxidantes e vitaminas do complexo B. As farinhas são frequentemente consumidas em preparos e/ou compõem refeições com legumes e verduras, entre eles as farofas, os pães e as tortas salgadas. O fubá de milho é uma farinha fina obtida da moagem do milho, sendo amplamente utilizado na preparação de polentas, bolos e biscoitos. Os alimentos desse grupo fazem parte do hábito alimentar dos brasileiros, fornecendo substrato para energia e manutenção das funções fisiológicas.

A aquisição de alimentos orgânicos está alinhada com a Lei nº 16.751/10, regulamentada pelo decreto nº 4.211/2019 que institui a alimentação escolar orgânica no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio:

“Art. 2º A implantação desta lei será feita de modo gradativo, de acordo com as condições e cronogramas elaborados pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, até que 100% (cem por cento) da rede de ensino público do Estado do Paraná garanta a seus alunos o direito à merenda escolar orgânica.”

É de interesse da administração pública a aquisição de produtos orgânicos para a alimentação escolar, pois garante que o alimento foi cultivado sem o uso de pesticidas e fertilizantes sintéticos, promovendo práticas agrícolas mais sustentáveis e preservando a saúde do solo.

Além disso, a partir de março de 2024, foi implementada a padronização dos cardápios servidos, visando também o atendimento da resolução CD/FNDE nº 006/2020, a garantia da universalidade e qualidade das refeições ofertadas aos alunos.

Adicionalmente, a partir do ano de 2026, haverá modificação na frequência de servimento de refeições salgadas para as turmas de ensino regular para as pautas 2 e 6, as quais passarão a se configurar como



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 23 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

pautas 1 e 5. A pauta refere-se à denominação adotada pelo FUNDEPAR para a particularidade de servimento de cada escola (meio período, indígena, integral ou agrícola). As pautas 2 e 6 se caracterizam por ensino de meio período, com a oferta de um lanche intermediário e dos lanches do Programa Mais Merenda. Até o fim do ano letivo de 2025, os estabelecimentos de ensino contemplados nas pautas 2 e 6 devem ofertar refeições salgadas em 4 dias da semana e lanches doces ou salgados em 1 dia da semana. A partir de 2026, as pautas 2 e 6 passarão a ofertar refeições salgadas nos 5 dias da semana.

Alguns estabelecimentos contemplados nas pautas 1 e 5 possuem projetos e atividades extracurriculares, para os quais também é servido o almoço, necessitando de refeição salgada.

Logo, o registro de preços para futura aquisição de gêneros alimentícios do grupo dos orgânicos está evidenciado devido a necessidade de utilização nas preparações, complementando os cardápios a serem ofertados e de acordo com o que prevê a Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e nº 003/2025.

Para a programação de cardápios a serem servidos aos escolares, foi estimado o servimento considerando que o ano letivo é composto por 201 dias e que são 1.288.977 alunos matriculados em 2025.

O Programa de Alimentação Escolar segue as diretrizes operacionais e nutricionais estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o intuito de suprir:

- No mínimo 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial, quando ofertada uma refeição;
- No mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados nas escolas localizadas em comunidades indígenas ou áreas remanescentes de quilombos, por refeição ofertada;
- No mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, quando ofertada duas ou mais refeições;
- No mínimo 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos participantes do Programa Mais Educação e para os matriculados em escolas de tempo integral, quando ofertadas no mínimo três refeições.

Desta forma, os cardápios e alimentos que compõem a alimentação escolar visam proporcionar alimentação balanceada, com qualidade e aceitabilidade comprovada, contribuindo para o desenvolvimento saudável dos escolares, para a otimização do processo ensino-aprendizagem e para a manutenção do aluno na escola.

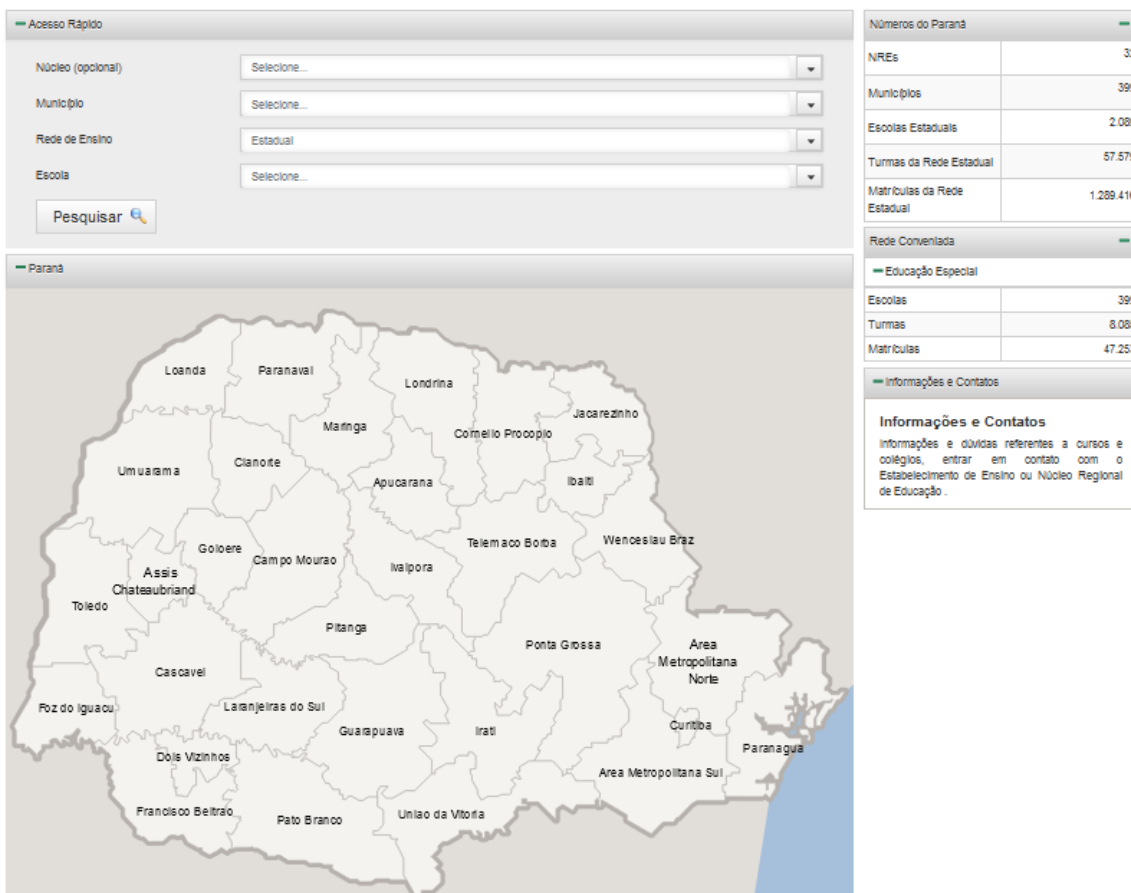
A aquisição do itens observa a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que define a Segurança Alimentar e Nutricional como “o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” e o Decreto Nº 11.821/2023 que dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

2.5 Os estabelecimentos de ensino da rede estadual do Paraná fornecem refeições aos escolares e, a fim de provisionar os insumos necessários para esta tarefa, preocupa-se com a correta gestão dos estoques, mantendo-os em níveis compatíveis para dar continuidade ao Programa de Alimentação Escolar.

2.6 O número de estudantes da rede estadual de ensino que são atendidos pelo Programa de Alimentação Escolar, é obtido por meio do site da Secretaria de Educação do Paraná: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br>. total de 1.288.977 alunos matriculados em 2025

Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 24 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Estado do Paraná



Fonte: Relatório sobre alunado da rede estadual do Paraná em 2024, obtido em:

<https://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/pages/paginas/infraestrutura/infraestruturaOutrosNiveis.xhtml?windowId=ee8>

2.6.1 Para a programação de cardápios a serem servidos aos escolares foi estimado a frequência dos itens ofertados, o per capita (quantidade de gênero alimentício por aluno, por preparação), considerado 201 dias letivos e o número de alunos matriculados com necessidades alimentares especiais. A quantidade de aquisição por item está demonstrada na tabela abaixo:

| Item | GMS | Descrição do item | Unidade de medida | Quantidade Estimada | per capita | Nº Servimentos anuais |
|------|------------|--------------------------------------|-------------------|---------------------|------------|-----------------------|
| 1 | 8910.97520 | Açúcar Demerara orgânico | Kg | 60.000 | 0,020 | 2 |
| 2 | 8908.87361 | Arroz Polido orgânico | Kg | 1.000.000 | 0,035 | 22 |
| 3 | 8909.97533 | Farinha de mandioca torrada orgânica | Kg | 110.000 | 0,040 | 2 |
| 4 | 8909.97629 | Farinha de milho biju orgânica | Kg | 110.000 | 0,040 | 2 |
| 5 | 8909.97730 | Farinha de trigo orgânica | Kg | 80.000 | 0,020 | 3 |
| 6 | 8908.87369 | Feijão preto orgânico | Kg | 300.000 | 0,020 | 11 |
| 7 | 8909.97537 | Fubá de milho orgânico | Kg | 80.000 | 0,030 | 2 |

2.7 O FUNDEPAR cumpre Lei Federal nº 14.133 e Decreto Estadual nº10.086/2022 e assim a futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados aos estabelecimentos de ensino fica vinculados à

Secretaria de Estado da Educação do Paraná, por estar evidenciada a necessidade de contratações frequentes e por se tratar de um objeto cujo quantitativo implica considerar diversas variáveis que impactam nessa decisão, como modificação de turmas e modalidades de ensino que podem ocorrer durante o período letivo.

2.8 A Ata de Registro de Preço será para eventual contratação e, caso celebrado contrato, respeitará o quantitativo registrado, com prazo de entrega e preços no contrato.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A solução consiste na aquisição, verificação, armazenamento, distribuição e entrega de orgânicos destinados à composição dos cardápios do Programa de Alimentação Escolar da rede estadual de ensino, em conformidade com as diretrizes nutricionais e sanitárias estabelecidas pelas Resoluções CD/FNDE nº 006/2020 e nº 003/2025, e demais normativas vigentes. A contratação, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, tem por objetivo assegurar o fornecimento dos produtos, observando-se as condições de qualidade, segurança sanitária e rastreabilidade exigidas para o atendimento aos alunos matriculados.

3.2 O ciclo de vida do objeto abrange as etapas de aquisição, recebimento, controle de qualidade, armazenamento e distribuição às unidades de destino, garantindo a viabilidade técnica e econômica da solução proposta, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade.

3.3 As especificações técnicas baseiam-se na escolha vantajosa da administração pública, atendendo aos requisitos mínimos de qualidade e utilidade, nos termos do inciso I, do art. 388 do Decreto n.º 10.086, de 2022, sem restringir a competitividade.

4. PESQUISA DE PREÇOS

Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o Decreto Estadual n.º 10.370 de 2025. Foram utilizados os seguintes critérios de pesquisa:

4.1 Consulta a fornecedores: a equipe do Departamento de Alimentação e Nutrição (DNA/FUNDEPAR) enviou e-mail a 23 fornecedores cadastrados por meio do endereço fundepar.cpae@fundepar.pr.gov.br, encaminhando em anexo a Informação nº 806/2025 FUNDEPAR/DIT/DNA (anexa), contendo a listagem de alimentos e orientações sobre o procedimento. As cotações recebidas pelos fornecedores foi de 10/10/2025 a 29/10/2025, o qual foi dado o prazo de 7 (sete) dias para o retorno da pesquisa de preços, obtendo 6 respostas. A escolha dos fornecedores considerou as empresas em fornecem produtos do mesmo segmento (orgânicos).

4.2 Mídia Especializada - sítios eletrônicos especializados: preços praticados, com o link, registro da data e horário da consulta - Foram consultados 22 sites de 30/10/2025 a 03/11/2025;

4.3 Consulta ao Sistema GMS: envio da pesquisa a 250 fornecedores cadastrados nesse sistema, sem um retorno de fornecedor;

4.4 Compras Net: preços praticados, com o link, registro da data e horário da consulta: não foram encontradas atas, consultadas em 06/10/2025;

4.5 Compras Gov: preços praticados, com o registro da data e horário da consulta em 23/10/2025;

4.6 Site Menor Preço: preços praticados, com o link, registro da data e horário da consulta em 06/10/2025;

4.7. Para a formação dos preços máximos esta Administração utilizou a média de preços obtidos através dos preços pesquisados pelos critérios acima. Trata-se de preços dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos, por isso adotou-se a média. A média se constitui em uma medida de preços que representa de forma mais contundente os preços praticados no mercado. A utilização da mediana não coube, uma vez que é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, já que há influência dos extremos dos dados coletados. O preço mínimo também não foi adotado, tendo em vista que estatisticamente, o menor valor não representa a tendência dos preços de mercado. Representa, apenas, o valor mais barato dentre os preços coletados. Segue precedente ilustrativo do TCU sobre o tema:

“26. Não me parece razoável a exigência de que a orçamentação nestes casos deva sempre considerar o menor preço cotado no mercado. Entendo que a utilização de preços médios ou da mediana, além de bem refletir os preços praticados no mercado, não implica ofensa à Lei de Licitações, à LDO/2009 ou aos princípios gerais da Administração Pública. 27. A colmatação da lacuna

| |
|--|
| Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 26 de 75) Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906 |
|--|

*normativa efetuada pelos gestores do TRT utilizou-se do parâmetro legal esculpido no caput do art. 109 da LDO/2009 e, assim, definiu como custo unitário dos insumos a mediana dos preços pesquisados. A solução me parece dotada de razoabilidade, assim como seria se houvesse utilizado a média das cotações. Destaco que o menor preço é um dos preços do mercado, mas não reflete o mercado. **Nesse sentido, entendo que o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado** (Acórdão nº 3.068/2010 - Plenário) (grifos nossos)”*

4.7.1 A escolha do modo de disputa aberto para o pregão é fundamentada no art. 55 da Lei nº 14.133/2021, por permitir lances públicos e sucessivos entre os licitantes, ampliando a competitividade e favorecendo a formação do preço mais vantajoso em ambiente transparente.

4.7.2 A combinação entre a modalidade pregão, o critério de julgamento por menor preço e o modo de disputa aberto atende integralmente ao disposto no inciso VIII do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando adequação e eficiência, considerando o ciclo de vida do objeto contratado orgânicos com validade máxima de um ano, para a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 Serão licitados 7 (sete) lotes, cada qual composto por um único item, conforme especificações constantes na tabela abaixo:

| Lote 1 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) (Critério de Aceitabilidade de Preços) | Valor total máximo (R\$) |
|--------------|---|---|-------------------|------------|---|--------------------------|
| Item 1 | Açúcar Demerara Orgânico GMS: 8910.97520 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 60.000 | R\$ 9,36 | R\$ 561.600,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 561.600,00 | |

| Lote 2 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) (Critério de Aceitabilidade de Preços) | Valor total máximo (R\$) |
|--------------|---|---|-------------------|------------|---|--------------------------|
| Item 1 | Arroz Polido orgânico – até tipo 2 GMS: 8908.87361 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 1.000.000 | R\$ 9,92 | R\$ 9.920.000,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 9.920.000,00 | |

| Lote 3 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) (Critério de Aceitabilidade de Preços) | Valor total máximo (R\$) |
|--------------|---|---|-------------------|------------|---|--------------------------|
| Item 1 | Farinha de mandioca torrada orgânica GMS: 8909.97533 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 110.000 | R\$ 16,35 | R\$ 1.798.500,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 1.798.500,00 | |

| Lote 4 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) | Valor total máximo (R\$) |
|--------|---------------------|---------------------------|-------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|
|--------|---------------------|---------------------------|-------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|

| | |
|--|---------------------------------|
| Protocolo nº 25.082.810-1 | EDITAL (Página 27 de 75) |
| Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS | |
| Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906 | |

| | | | | | <u>(Critério de Aceitabilidade de Preços)</u> | |
|--------------|---|---|----|---------|---|------------------|
| Item 1 | Farinha de milho biju Orgânica GMS: 8909.97629 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 110.000 | R\$ 18,39 | R\$ 2.022.900,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 2.022.900,00 | |

| Lote 5 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) <u>(Critério de Aceitabilidade de Preços)</u> | Valor total máximo (R\$) |
|--------------|---|---|-------------------|------------|--|--------------------------|
| Item 1 | Farinha de trigo orgânica – tipo 1 GMS: 8909.97730 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 80.000 | R\$ 15,01 | R\$ 1.200.800,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 1.200.800,00 | |

| Lote 6 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) <u>(Critério de Aceitabilidade de Preços)</u> | Valor total máximo (R\$) |
|--------------|--|---|-------------------|------------|--|--------------------------|
| Item 1 | Feijão preto orgânico GMS: 8908.87369 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 300.000 | R\$ 19,91 | R\$ 5.973.000,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 5.973.000,00 | |

| Lote 7 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário máximo (R\$) <u>(Critério de Aceitabilidade de Preços)</u> | Valor total máximo (R\$) |
|--------------|---|---|-------------------|------------|--|--------------------------|
| Item 1 | Fubá de milho Orgânico GMS: 8909.97537 | Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica | Kg | 80.000 | R\$ 18,81 | R\$ 1.504.800,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 1.504.800,00 | |

Valor total estimado para a licitação de: **R\$ 22.981.600,00 (vinte e dois milhões, novecentos e oitenta e um mil e seiscentos reais)**

6 SUSTENTABILIDADE

A empresa contratada adotará práticas de sustentabilidade, conforme o art. 362 do Decreto n.º 10.086, de 2022. sendo:

6.1 Adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

6.2 Apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

6.3 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.3.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.3.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.3.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.3.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.4 No que tange a operacionalização da Logística Reversa, bem como que pelas embalagens dos produtos adquiridos para a alimentação escolar, não se enquadrarem no contido no Art. 14 do Decreto Federal nº 10.936/2022, cabe a cada fornecedor contratado decidir sobre a execução de tal ação, visando a coleta dos resíduos/embalagens que por ventura possam ser oriundos dos lotes ao qual foi contratado.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

7.1 Da Inaplicabilidade da Reserva de Cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

7.1.1 Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, bem como a Lei Federal nº 14.133/2021, não aplica-se à presente licitação o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido destinado às microempresas e empresas de pequeno porte, no caso de lotes com valor total máximo estimado maior que R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais. Com relação aos lotes 1, 3, 4, 5 e 7, cujos valores estimados são inferiores a R\$ 4.800.000,00, aplica-se tal enquadramento. Conforme o art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 4º – Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º – As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS.

8.1 Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos objetos contratados da empresa vencedora deverá ser de acordo com as condições estabelecidas no MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (Anexo I.I) e nos prazos definidos em contrato. O prazo para a realização de cada etapa de entrega será de 20 (vinte) dias corridos, descrito em contrato, de segunda a sexta-feira na Unidade Armazenadora indicada pelo FUNDEPAR.

9.2 O prazo de validade dos produtos deverá cumprir detalhamento conforme Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I), visto que cada produto possui características específicas e com prazo de validade singular.

9.3 Os itens serão recebidos provisoriamente no momento da entrega, na unidade armazenadora, para realização de inspeção e coleta de amostras por responsável técnico do laboratório contratado pelo Fundepar, a fim de verificar as conformidades descritas no Manual de Especificação Técnica.

9.4 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou corrigidos no prazo de



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



**Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 29 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

até 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4.1 Os produtos deverão ser entregues sobre paletes (estrados de madeira ou plástico), SEM RETORNO, envoltos com filme plástico esticável (stretch), de forma a assegurar a estabilidade das cargas durante o transporte e armazenamento, facilitar a movimentação logística e preservar as condições higiênico-sanitárias dos itens.

9.5 O recebimento definitivo pelo Fundepar será considerado somente após a emissão do laudo de conformidade pelo laboratório contratado pelo FUNDEPAR. Cada item terá prazo específico para recebimento definitivo, em conformidade com o Manual de Especificação Técnica, uma vez que os tempos de análise variam de até 20 dias, acordo com as características de cada produto. As amostras serão coletadas na Unidade Armazenadora e encaminhadas ao laboratório credenciado, onde serão realizadas as análises previstas no referido Manual. À medida que os resultados forem disponibilizados, será emitido o termo de recebimento definitivo através da atualização do status de aprovado no sistema merenda, consignando eventuais intercorrências.

9.5 O recebimento definitivo pelo Fundepar será considerado somente após a emissão do laudo de conformidade pelo laboratório contratado pelo FUNDEPAR. Cada item terá prazo específico para recebimento definitivo, em conformidade com o Manual de Especificação Técnica, uma vez que os tempos de análise variam de até 20 dias, de acordo com as características de cada produto. As amostras serão coletadas na Unidade Armazenadora e encaminhadas ao laboratório credenciado, onde serão realizadas as análises previstas no referido Manual. À medida que os resultados forem disponibilizados, será emitido o termo de recebimento definitivo através da atualização do status de aprovado no sistema merenda, consignando eventuais intercorrências.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no endereço relacionado da Unidade Armazenadora contratada pelo Fundepar, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VIII (minuta do contrato).

9.9 O controle de execução do objeto, terá início a partir da assinatura do contrato, nas quantidades demandas pelo FUNDEPAR e nos prazos definidos no item 1.4.2.

9.10 As quantidades a serem contratadas e a frequência de entregas serão definidas pelo FUNDEPAR, conforme sua demanda.

9.11 A gestão do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão contratante, por servidores especialmente designados, com a finalidade de exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.12 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

9.13 Os produtos entregues deverão seguir padrão detalhado em descritivo técnico conforme o Manual de Especificação Técnica e em caso de troca de marca ou/e capacidade das embalagens, deverá ser encaminhada solicitação prévia que anteceda o prazo de execução do contrato pelo e-mail: fundepar.cpae@fundepar.pr.gov.br para análise e aprovação pela equipe técnica e em conformidade ao Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I).

9.14 Após a assinatura do contrato, o fornecedor deverá proceder com o agendamento imediato da entrega junto à Unidade Armazenadora.

9.15 O agendamento deverá ocorrer através do e-mail josemaramora@idr.pr.gov.br informando qual o produto, quantidade, número do contrato e datas que pretende efetuar a entrega, bem como o tipo, capacidade e número de veículos para descarga.

9.16 O fornecedor fica responsável por verificar junto a unidade armazenadora a agenda disponível para a entrega do objeto, devendo se atentar aos prazos de agendamento respeitando as datas definidas em contrato.



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 30 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE.

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do item em perfeitas condições, conforme Manual de Especificação Técnica, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência e validade.

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990). Em caso de notificação de não conformidade, o fornecedor deverá realizar a substituição do produto que evidencie o vício/dano no local onde ocorreu o fato.

10.1.3 Caso, após a entrega dos produtos nas escolas, sejam identificados problemas, avarias ou defeitos, e fique comprovado que tais ocorrências são de responsabilidade do fornecedor, este deverá, obrigatoriamente e às suas expensas, reparar o dano, substituir ou corrigir o produto no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, ou conforme o prazo estabelecido no Termo de Referência.

10.1.4 Caso o fornecedor não realize a coleta do(s) produto(s) com avaria ou defeito dentro do prazo estipulado no item 10.1.3, e considerando que o armazenamento de produtos danificados ou com possível contaminação que representa risco à segurança sanitária do estoque e da alimentação escolar, será autorizado às escolas procederem com o descarte do(s) item(ns) comprometido(s), a fim de preservar a saúde dos estudantes e a integridade dos demais gêneros armazenados.

10.1.5 Comunicar formalmente ao Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, quaisquer ocorrências que possam impossibilitar o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando a devida justificativa e documentação comprobatória. As comunicações efetuadas após o início do prazo de entrega não serão consideradas para efeito de prorrogação, podendo o fornecedor responder pelo descumprimento das obrigações contratuais, nos termos do contrato e da legislação aplicável.

10.1.6 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.8 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.9 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.10.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.10.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.10.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.11 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.1.12 Adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;

10.1.13 Apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite de proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 31 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

10.2.3 Verificar minuciosamente a conformidade do objeto recebido provisoriamente conforme item 9.3, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, no prazo estabelecido no item 9.5;

10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.2.12 Atentar aos itens referentes à Matriz de Risco de nível Médio alocados à Administração relacionados à indisponibilidade de recursos financeiros e ao atraso nos processos licitatórios.

11 FORMA DE PAGAMENTO.

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeiro Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal 11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do FUNDEPAR - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional, CNPJ 22.112.109/0001-53, Rua dos Funcionários, 1323 - Cabral, Curitiba - PR, CEP 80035-050 constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.6 Os pagamentos e as notas fiscais emitidas ocorrerão à conta do FUNDEPAR, de acordo com orientações da contratante.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO.

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

12.3.1 Prova de atendimento aos requisitos de qualificação técnica, deverá ser demonstrada por meio de atestados cuja a somatória alcance 35 % dos quantitativos dos bens pretendidos, como forma de verificar a compatibilidade de objetos no que se refere a quantidades, conforme previsto na lei da Lei nº 14.133 de 2021.

12.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1. Valor Global: R\$ 22.981.600,00 (Vinte e dois milhões, novecentos e oitenta e um mil e seiscentos reais).

12.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

12.5 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

12.7 É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO.

14.1 É vedada a subcontratação, total ou parcial do objeto, pois não é de interesse da administração a subcontratação dos itens em função das especificações técnicas e da natureza do objeto, a qual dificulta o controle dos subcontratados pela Administração Pública, podendo gerar prejuízos ao conjunto licitado pela qualificação específica de cada produto contratado.

14.2 Será admitida, de forma excepcional, a subcontratação exclusiva do serviço de transporte dos produtos, com o objetivo de viabilizar a entrega na unidade armazenadora contratada pelo FUNDEPAR, conforme o endereço indicado no Manual de Especificações Técnica.

14.3 A subcontratação autorizada refere-se exclusivamente à logística de entrega, compreendendo apenas os serviços de transporte dos bens, não se aplicando ao objeto principal da contratação. Permanece, portanto, vedada a subcontratação total dos itens licitados, conforme estabelecido no item 14.1, em razão das especificações técnicas e da natureza do objeto.

14.4 A subcontratação do transporte não transfere à empresa subcontratada qualquer responsabilidade direta perante o Contratante, sendo a empresa Contratada integralmente responsável pela execução do objeto contratado, incluindo o cumprimento dos prazos, os locais de entrega e a qualidade dos produtos.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

15.1 O adjudicatário, no prazo de 10 dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

15.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

15.2.2 Seguro-garantia;

15.2.3 Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

15.2.4 Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total (inciso IV do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021), incluído pela Lei Federal n.º 14.770/2023.

15.3 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária, em favor do contratante.

15.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

15.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.6 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.7 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

15.8 No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

16 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

16.1 Não se aplica.

17. VIGÊNCIA

17.1 Da vigência da ata de registro de preços.

17.1.1 A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, passível de prorrogação por igual período.

17.1.2 O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sendo de 1 (um) ano, e podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos para a Administração Pública.

17.1.3 Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 34 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

17.1.4 A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem, entretanto, o ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

17.1.5 O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

“I – Admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

II – A prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

III – A prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

IV – Havendo prorrogação antecipada, o prazo de 1 (um) ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.”

17.1.6 O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

“I – Comprovação de que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;

II – Indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.”

17.2 Da vigência do contrato.

17.2.1 A vigência do contrato terá início a partir da data de sua assinatura e será válida por 180 (cento e oitenta) dias, conforme descrito no contrato.

17.2.2 O FUNDEPAR estabelece que, após a assinatura do contrato, a entrega total dos itens deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, previsto em contrato, observados os dias úteis de segunda a sexta-feira.

17.2.3 O FUNDEPAR poderá firmar contratos com diferentes datas de entregas durante o ano, de acordo com o recurso disponível e necessidade de abastecimento dos estabelecimentos de ensino.

17.2.4 Quando o item contratado for reprovado na análise laboratorial, o fornecedor poderá solicitar a reanálise. Caso o produto venha a ser aprovado na reanálise, o prazo de vigência contratual, previsto no item 17.2.1, permanece de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, não sendo alterado em razão da reprovação inicial.

17.2.5 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001,

utilizando-se o índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

18.1.1. A data-base do reajuste será automaticamente vinculada à data do orçamento 08/12/2025.

18.1.2. O reajuste será concedido automaticamente mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

19.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

19.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 35 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

disponibilizando-os no site oficial.

19.1.2 A atualização anual dos preços registrados será feita de forma automática pela data do orçamento 08/12/2025, pela Administração com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da última atualização.

19.1.3 A escolha do IPCA como índice de reajuste de preço é justificada pelo Acórdão nº 2008/2021 - TCE/PR, por ser um indicador oficial da inflação no Brasil, o qual é calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

20.1 Não se aplica.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

22.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná. Encaminha para aprovação da Diretora Administrativa Financeira, conforme decreto nº 8362/2024.

Curitiba, 2 de fevereiro de 2026

De acordo,

Rosangela Mara Slomski Oliveira
Coordenação de Planejamento da Alimentação Escolar
Decreto nº 679/2023

Ciente,

Angelo Marco Mortella
Chefia do Departamento de Nutrição e Alimentação
Portaria nº 0071/2025



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 36 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO I.I

MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

GRUPO XIV- ORGÂNICOS



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 37 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

1. APRESENTAÇÃO DA EMBALAGEM E RÓTULO DO PRODUTO

1.1 EMBALAGEM PRIMÁRIA: É A QUE ESTÁ EM CONTATO DIRETO COM O ALIMENTO.

1.1.1 Deve apresentar-se LACRADA e na parte frontal da embalagem, destacadamente visível, de fácil leitura, em cor contrastante com o fundo e tamanho proporcional, os dizeres abaixo:

**PROIBIDA A VENDA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
FNDE/MEC – FUNDEPAR – PARANÁ
DISQUE – DENÚNCIA (41) 2117-8101**

A impressão pode ser litografada, ou na forma de etiqueta indelével de alta aderência ou impressão “ink jet”, desde que contenha todos os dizeres, mínimo tamanho 6.

Além da impressão dos dizeres acima, a embalagem primária deve conter as seguintes informações do produto, também impressas, no idioma português:

- a. DENOMINAÇÃO (nome específico que indique a natureza e característica);
- b. MARCA;
- c. COMPOSIÇÃO (ingredientes);
- d. MODO DE PREPARO (se aplicável);
- e. IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE ou EMBALADOR;
- f. ENDEREÇO DO FABRICANTE ou EMBALADOR;
- g. DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE (neste formato: **VÁLIDO ATÉ** __/__/__);
- h. NÚMERO DO LOTE;
- i. PESO LÍQUIDO;
- j. NÚMERO DO REGISTRO no órgão competente (quando exigir);
- k. CÓDIGO DE BARRAS EAN-13.

1.1.2 Para indicação do lote, pode ser utilizado:

- a. Um código chave precedido da letra "L". Este código deve estar à disposição da autoridade competente, OU;
- b. A data de fabricação ou data de validade, sempre que a(s) mesma(s) indique(m), pelo menos, o dia e o mês ou o mês e o ano (nesta ordem).

1.1.3 O produto deve ser ROTULADO de acordo com a legislação vigente.

1.1.4 Todos os alimentos destinados à alimentação escolar devem seguir as Resoluções FNDE nº 006/2020 e nº 003/2025, que dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

1.1.5 Todos os produtos orgânicos objeto desta licitação deverão ser produzidos, transportados e armazenados em conformidade com as normas estabelecidas na legislação vigente. Incluindo a Portaria MAPA nº 52, de 15 de março de 2021, que aprova o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas permitidas nesses sistemas; o Decreto Federal nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a produção orgânica no Brasil; e a Instrução Normativa Conjunta MAPA/MS nº 18, de 28 de maio de 2009, que estabelece o Regulamento Técnico para o Processamento, Armazenamento e Transporte de Produtos Orgânicos.

1.1.6 Será obrigatório declarar outros nutrientes sobre o qual se faça alguma alegação de propriedades nutricionais ou outra declaração que faça referência à nutrientes (minerais e vitaminas, por exemplo).

1.1.7 Para PRODUTOS PARCIALMENTE PREPARADOS ou que NECESSITEM DE ADIÇÃO DE LÍQUIDOS COM ou SEM EMPREGO DE CALOR, além das informações anteriormente exigidas, o RÓTULO deve informar:



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 38 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

- a. Descrição do modo de preparo do produto;
- b. Rendimento do produto após o preparo ou número de porções por quilo do produto;
- c. Tempo de cozimento quando se tratar de produtos que necessitem de cozimento: ex: (macarrão, arroz, feijão, lentilha, etc).

1.1.8 Quando as informações do rótulo original não estiverem redigidas no idioma português, somente nesse caso, pode ser aplicada, de forma indelével, etiqueta contendo as informações obrigatórias no idioma português, com caracteres de tamanho, realce e visibilidade adequados. As informações não poderão divergir das impressas no rótulo original em outro idioma.

1.1.9 A embalagem primária deve ser confeccionada de acordo com a especificação descrita no item 8 Padrão de Identidade e Qualidade do Produto, sendo designada conforme a característica de cada produto.

1.1.10 A área técnica responsável poderá solicitar da empresa vencedora amostras dos produtos e dos modelos das impressões das embalagens, para serem avaliadas e aprovadas.

1.2. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: É A EMBALAGEM EXTERNA DE EMBARQUE QUE ACONDICIONA AS EMBALAGENS PRIMÁRIAS.

Deve apresentar-se lacrada com fita adesiva transparente ou opaca de alta aderência personalizada com a impressão da identificação da empresa fornecedora ou fabricante e destacadamente visível, de fácil leitura, em cor contrastante com o fundo e tamanho proporcional, os dizeres abaixo:

**PROIBIDA A VENDA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
FNDE/MEC – FUNDEPAR – PARANÁ
DISQUE – DENÚNCIA (41) 2117-8101**

1.2.1. Deve apresentar-se LACRADA COM FITA ADESIVA TRANSPARENTE OU OPACA DE ALTA ADERÊNCIA.

1.2.2. A embalagem secundária deve conter as seguintes informações do produto, impressas, no idioma português:

- a) DENOMINAÇÃO (nome específico que indique a natureza e características);
- b) MARCA;
- c) IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE ou EMBALADOR;
- d) ENDEREÇO DO FABRICANTE ou EMBALADOR;
- e) DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE (neste formato: **VÁLIDO ATÉ** __/__/__);
- f) NÚMERO DO LOTE;
- g) PESO LÍQUIDO;
- h) PESO BRUTO;
- i) NÚMERO DO REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE, quando for o caso;
- j) EMPILHAMENTO MÁXIMO RECOMENDADO;
- k) CÓDIGO DE BARRAS DUN-14.

1.2.3 Para indicação do lote, pode ser utilizado:

- a. Um código chave precedido da letra "L". Este código deve estar à disposição da autoridade competente, OU;
- b. A data de fabricação ou data de validade, sempre que a(s) mesma(s) indique(m), pelo menos, o dia e o mês ou o mês e o ano (nesta ordem).

1.2.4. Quando as informações do rótulo original não estiverem redigidas no idioma português, somente nesse caso, deve ser colada, de forma indelével, etiqueta adesiva contendo as informações obrigatórias no idioma português, com caracteres de tamanho, realce e visibilidade adequados. As informações não poderão divergir das originais impressas em outro idioma.



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 39 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

1.2.5. Excetuam-se da obrigatoriedade das impressões acima exigidas, as embalagens secundárias apresentadas em fardos, desde que confeccionadas em plástico suficientemente transparente que possibilite a leitura nítida e inequívoca das informações impressas nas embalagens primárias contidas no seu interior.

1.2.6 A embalagem secundária deve ser confeccionada de acordo com a especificação descrita no item 8 Padrão de Identidade e Qualidade do Produto, sendo designada conforme a característica de cada produto.

1.2.7 A área técnica responsável poderá solicitar da empresa vencedora amostras das embalagens e modelos das impressões, para serem avaliadas e aprovadas.

1.3 EMBALAGEM TERCIÁRIA: QUANDO HOUVER, DEVE SEGUIR A CARACTERIZAÇÃO PARA EMBALAGENS DE EMBARQUE. NESTE CASO A EMBALAGEM SECUNDÁRIA FICARÁ COMO INTERMEDIÁRIA E SOMENTE ACOMODARÁ AS EMBALAGENS PRIMÁRIAS

2. ENTREGA DO PRODUTO

2.1 PRAZO DE ENTREGA

Conforme Edital.

2.2. LOCAIS DE ENTREGA

Os gêneros alimentícios, após assinatura do contrato, deverão ser entregues na Unidade Armazenadora indicada pelo FUNDEPAR, de acordo com os cronogramas, prazos e condições definidos nos Anexos deste Edital.

2.3. CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.3.1. Após a assinatura do contrato, o fornecedor deverá proceder com o agendamento imediato da entrega junto à Unidade Armazenadora.

2.3.1.1. O agendamento deverá ocorrer através do e-mail josemaramora@idr.pr.gov.br, informando qual o produto e quantidade a ser entregue, bem como o tipo, capacidade e número de veículos para descarga.

2.3.1.2. A data de entrega dos produtos deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido em contrato, a fim de que ocorra a entrega nas escolas em tempo hábil para consumo dos alunos.

2.3.1.3. O veículo, para descarga, deverá chegar na Unidade Armazenadora no dia e horário agendados. O não cumprimento da agenda poderá implicar na transferência do recebimento para nova data e horário disponível.

2.3.1.4. Os itens deverão ser entregues em paletes (SEM RETORNO) com estribo.

2.3.1.5. Em caso de alteração da data, hora ou cancelamento da entrega programada pela CONTRATADA, a Unidade Armazenadora deverá ser comunicada por escrito através do e-mail josemaramora@idr.pr.gov.br, impreterivelmente, até as 16:00 h (dezesseis horas) do dia anterior ao agendado para a entrega, sob pena de recolher à conta da CONTRATANTE, o valor correspondente à diária dos trabalhadores contratados para a operação de descarga do produto, observado os valores vigentes praticados pelo sindicato da categoria e daquela Unidade Armazenadora.

2.3.1.6. O NÃO AGENDAMENTO DA ENTREGA poderá implicar na impossibilidade da DESCARGA NO DIA, ficando condicionada à programação e a agenda da Unidade Armazenadora.

2.3.1.7. A Unidade Armazenadora poderá solicitar a CONTRATADA, alteração no cronograma de entrega face à demanda e a capacidade de carga e descarga da mesma.

2.3.2. Por medida de segurança, o veículo de entrega não poderá pernoitar nas dependências da Unidade Armazenadora.

2.3.3. Cada lote de produto deve ser entregue constituído de um único tipo, grau, classe, forma e composição, fabricados ou embalados sob as mesmas condições e no mesmo período. 2.3.4. O LOTE SÓ SERÁ RECEBIDO SE DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL EM NOME DO FORNECEDOR CONTRATADO.

2.3.4. Na entrega, considerando as inspeções e coletas de amostras para as análises laboratoriais e a logística de recebimento, cada lote do produto, correspondente a uma ou mais notas fiscais, deve ser

composto de no MÍNIMO 15.000 kg (quinze mil quilogramas), exceto quando o quantitativo total contratado for inferior a esse ou quando se tratar da entrega do último lote para completar o quantitativo total contratado.

2.3.4.1. A não observância da quantidade mínima para entrega (15.000 Kg) implicará na recusa do recebimento da entrega.

2.3.5. Os produtos devem ser entregues com as características, embalagens e rotulagens estabelecidas, observando-se que no ato da entrega todos os lotes serão inspecionados por técnicos do laboratório contratado pelo FUNDEPAR, conforme critérios e procedimentos definidos no edital e seus anexos.

2.4. QUANTIDADE

2.4.1. Conforme indicado no edital.

2.5. ATRASO OU INADIMPLÊNCIA

2.5.1. Expirado o prazo de entrega estabelecido, a CONTRATANTE analisará a conveniência do recebimento com atraso considerando o planejamento de recebimento e distribuição dos produtos. Caso ocorra comprometimento ou prejuízo da programação, poderá fixar novo prazo para conclusão da entrega.

2.5.2. O novo prazo fixado para entrega não implicará em dilação do prazo contratual inicialmente ajustado, ficando os efeitos do atraso condicionados a aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital.

2.5.3 O não cumprimento da entrega no prazo estabelecido, sujeitará a CONTRATADA às penalidades decorrentes da inadimplência também previstas e estabelecidas no edital.

3. INSPEÇÃO, COLETA E ANÁLISE DAS AMOSTRAS DO PRODUTO

3.1. INSPEÇÃO

3.1.1. Os lotes do produto serão conferidos no ato da entrega por funcionários da unidade armazenadora e técnicos do laboratório contratado pelo FUNDEPAR.

3.1.1.1. Os lotes somente serão inspecionados se completos, devidamente compatíveis e acompanhados das respectivas notas fiscais em nome do fornecedor contratado.

3.1.1.2. Antes do desembarque no armazém, serão retirados da carga, um ou mais volumes, conforme o produto, para conferência do tipo, capacidade e condições das embalagens primárias e secundárias, rotulagem, data de fabricação e validade do produto, dizeres e outros exigidos no edital.

3.1.1.3. Nessa primeira verificação, caso as embalagens se apresentem incompatíveis com as especificações estabelecidas no edital, amassadas, rompidas, avariadas, etc., todo o lote (carga) será INTEGRALMENTE REJEITADO E NÃO RECEBIDO.

3.1.2. Estando as embalagens adequadas, os lotes serão submetidos à INSPEÇÃO das unidades (pacotes, latas, etc.) que os compõe.

3.1.2.1. Caso se verifique que o produto apresenta alteração das características próprias (aspecto, cor, odor ou sabor) o lote será rejeitado e a carga integralmente devolvida.

3.1.3. A INSPEÇÃO dos lotes obedecerá à norma NBR 5426 (plano de amostragem e inspeção por atributos) da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Os técnicos do laboratório definirão o número de unidades a serem inspecionadas com base na proporção indicada na tabela abaixo:

| 1. | N.º DE UNIDADES POR LOTE | 2. | N.º MÍNIMO DE UNIDADES A SEREM INSPECIONADAS | 3. | Nº MÁXIMO ADMISSÍVEL DE UNIDADES C/ DEFEITO P/ APROVAÇÃO |
|----|--------------------------|----|--|----|--|
| | até 150 | | 08 | | 00 |
| | de 151 a 500 | | 20 | | 01 |
| | de 501 a 1.200 | | 32 | | 02 |
| | de 1.201 a 3.200 | | 50 | | 03 |
| | de 3.201 a 10.000 | | 80 | | 05 |

| | | |
|----------------------|-----|----|
| de 10.001 a 35.000 | 125 | 07 |
| de 35.001 a 150.000 | 200 | 10 |
| de 150.001 a 500.000 | 315 | 14 |
| acima de 500.000 | 500 | 21 |

Note: A inspeção e coleta dos produtos será realizada considerando como lote único o agrupamento de pedidos que formam a carga total declarada na Nota Fiscal entregue pelo fornecedor.

3.1.4. Salvo indicação contrária, será utilizado o nível de inspeção 1 (Tabela ABNT). Outros níveis podem ser adotados sempre que for necessária maior discriminação (quantidade de amostras).

3.1.5. Os lotes serão APROVADOS na INSPEÇÃO quando o número de unidades defeituosas for igual ou inferior ao número máximo admissível estabelecido no Quadro 3 da Tabela acima.

3.1.6. A CONTRATANTE reserva-se no direito de, a qualquer tempo, efetuar inspeção nos produtos adquiridos em conjunto com a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná – SESA pelo seu Departamento de Vigilância Sanitária, podendo a seu critério, submetê-los a exames e testes específicos em Instituição Oficial/Laboratório habilitado.

3.2. COLETA

3.2.1. Dos lotes preliminarmente APROVADOS, serão COLETADAS entre as embalagens separadas na INSPEÇÃO, o número necessário de unidades (pacotes, latas, etc.) para compor dois conjuntos de amostras para ANÁLISE LABORATORIAL, denominadas e identificadas como AMOSTRA 1 e AMOSTRA 2 (contra – prova).

3.2.2. O número de unidades a serem coletadas para integrarem a AMOSTRA 1 e a AMOSTRA 2 (contra – prova), obedecerá à norma NBR 5426 (plano de amostragem e inspeção por atributos) da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e dependerá do peso ou volume de cada embalagem e dos parâmetros de ANÁLISE definidos no Padrão de Identidade e Qualidade de cada produto, considerando sempre múltiplos de 8 (oito) e no mínimo 8 (oito) unidades.

3.2.3. O conjunto de unidades da AMOSTRA 1, será acondicionado em embalagem apropriada e encaminhada ao laboratório acompanhada da Ficha de Inspeção/Coleta para dar entrada no protocolo de ANÁLISE.

3.2.4. O conjunto de unidades da AMOSTRA 2 (contraprova), será acondicionado em embalagem apropriada, devidamente lacrada e referencialmente identificada, sendo juntada ao lote correspondente depositado no armazém, permanecendo lacrada até a conclusão das análises laboratoriais aprovando o produto ou eventual procedimento de reanálise.

3.3. ANÁLISE

3.3.1. Nas amostras coletadas e encaminhadas ao laboratório, serão realizadas:

3.3.1.1. Análises mínimas dos parâmetros críticos, em 5 (cinco) unidades escolhidas aleatoriamente (NQA 2,5); 10 (dez) unidades para pesquisa de Salmonella;

3.3.1.2. Análises mínimas dos parâmetros toleráveis, em oito unidades (NQA 6,5);

3.3.2. Para a ACEITAÇÃO ou REJEIÇÃO dos lotes do produto, serão utilizados os seguintes critérios:

3.3.2.1. APROVAÇÃO do produto que não apresentar defeito crítico e tolerável em qualquer uma das unidades analisadas;

3.3.2.2. APROVAÇÃO do produto que não apresentar defeito crítico e apresentar defeito tolerável em uma única unidade;

3.3.2.3. REPROVAÇÃO do produto que apresentar defeito crítico em uma ou mais unidades;

3.3.2.4. REPROVAÇÃO do produto que apresentar defeito tolerável em mais de uma unidade.

3.3.3 O RESULTADO CONCLUSIVO das ANÁLISES será informado pelo laboratório à CONTRATANTE, através da emissão de CERTIFICADOS (laudos), nos prazos médios abaixo estabelecidos:

| PRODUTOS | PRAZO MÉDIO P/ EMISSÃO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES (EM DIAS ÚTEIS) |
|--------------------------------------|--|
| Açúcar demerara orgânico | 10 |
| Arroz polido orgânico | 10 |
| Farinha de mandioca torrada orgânica | 10 |
| Farinha de milho biju orgânica | 10 |
| Farinha de trigo orgânica | 15 |
| Feijão preto orgânico | 15 |
| Fubá de milho orgânico | 15 |
| Ensaio de agrotóxicos | 20 |

3.3.5. Os prazos da tabela acima poderão ser ampliados nos seguintes casos:

3.3.5.1. Em situação de sobrecarga da capacidade normal de trabalho do laboratório, não ultrapassando o máximo de 15 (quinze) dias úteis;

3.3.5.2. Quando constatada a necessidade de realização de reinspeções e análises complementares para melhor avaliação do produto fornecido.

3.3.6. Definições segundo a RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 724, DE 1º DE JULHO DE 2022, que dispõe sobre os padrões microbiológicos dos alimentos e sua aplicação:

3.3.6.1. amostra representativa: amostra constituída por um determinado número de unidades amostrais (n), retiradas aleatoriamente de um mesmo lote, conforme estabelecido no plano de amostragem;

3.3.6.2. limite microbiológico: limite estabelecido para um dado microorganismo, suas toxinas ou metabólitos, utilizado para classificar unidades amostrais de um alimento em "Qualidade Aceitável", "Qualidade Intermediária" ou "Qualidade Inaceitável";

3.3.6.3. limite microbiológico m (m): limite que, em um plano de três classes, separa unidades amostrais de "Qualidade Aceitável" daquelas de "Qualidade Intermediária" e que, em um plano de duas classes, separa unidades amostrais de "Qualidade Aceitável" daquelas de "Qualidade Inaceitável";

3.3.6.4. limite microbiológico M (M): limite que, em um plano de três classes, separa unidades amostrais de "Qualidade Intermediária" daquelas de "Qualidade Inaceitável";

3.3.6.5. plano de amostragem: componente do padrão microbiológico que define o número de unidades amostrais a serem coletadas aleatoriamente de um mesmo lote e analisadas individualmente (n), o tamanho da unidade analítica e a indicação do número de unidades amostrais toleradas com qualidade intermediária (c);

3.3.6.6. plano de amostragem de duas classes: tipo de plano que classifica a amostra analisada em apenas duas categorias, "Qualidade Aceitável" ou "Qualidade Inaceitável", considerando se o resultado está acima ou abaixo do limite microbiológico estabelecido (m);

3.3.6.7. plano de amostragem de três classes: tipo de plano que, com base em um limite microbiológico "m" e um limite microbiológico "M", classifica a amostra analisada em três categorias, "Qualidade Aceitável", "Qualidade Intermediária" ou "Qualidade Inaceitável".

4. APROVAÇÃO DO PRODUTO

4.1. O recebimento definitivo do lote será efetivado, única e exclusivamente, a partir da emissão do laudo de aprovação do produto no controle de qualidade.

4.2. O produto APROVADO no controle de qualidade, mas que eventualmente venha apresentar alterações de características e qualidade ainda dentro do prazo de validade, mesmo que já distribuído pela CONTRATANTE, deverá ser recolhido e substituído pela CONTRATADA em igual quantidade e qualidade nos locais onde se encontre depositado, ficando sujeita a aplicação das sanções previstas no edital.

5. REPROVAÇÃO DO PRODUTO

5.1. O PRODUTO PODERÁ SER REPROVADO ainda na INSPEÇÃO, caso apresente características, rotulagem, embalagens, inscrições, quantidades e outras condições incompatíveis com as estabelecidas

neste instrumento, edital e contrato. Nesta condição o lote será rejeitado e não recebido pela unidade armazenadora devendo a carga retornar a origem.

5.2. No caso de PRODUTO APROVADO NA INSPEÇÃO, mas REPROVADO nas DEMAIS ANÁLISES, a CONTRATANTE, com base no Certificado de Análise, comunicará o resultado da REPROVAÇÃO à CONTRATADA no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após ter recebido o documento do laboratório.

5.3. O PRODUTO REPROVADO no controle de qualidade deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo em 10 (dez) dias corridos contados a partir da data da comunicação da reprovação. Ficando às expensas da CONTRATADA o custo referente às despesas de armazenagem e movimentação, desde a data de entrada do produto no armazém até a data de sua retirada, conforme as tarifas e métodos vigentes praticados pela unidade armazenadora, além de ficar sujeita as aplicações das penalidades e sanções previstas no contrato e na legislação pertinente em vigor.

5.3.1. As expensas de armazenamento do produto reprovado serão cobradas a cada quinzena.

5.4. É facultado à CONTRATADA, caso não concorde com a REPROVAÇÃO, o direito a solicitação de REINSPEÇÃO/ REANÁLISE ou SUBSTITUIÇÃO do lote reprovado, nas condições estabelecidas nos próximos e específicos tópicos deste manual.

5.5. Transcorrido o prazo para solicitação de REINSPEÇÃO/ REANÁLISE, sem manifestação da CONTRATADA, restará à mesma, obrigatoriamente, a retirada do produto no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da comunicação da reprovação.

Também ficando às suas expensas o custo referente às despesas de armazenagem e movimentação, desde a data de entrada do produto no armazém até a data de sua retirada, conforme as tarifas e métodos vigentes praticados pela unidade armazenadora, além de ficar sujeita as aplicações das penalidades e sanções previstas no contrato e na legislação pertinente em vigor.

5.6. Se a REPROVAÇÃO disser respeito à diferença de peso ou quantidade, a área técnica responsável, conforme a conveniência e autorização poderão determinar a sua complementação ou rescisão da contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.7. A complementação da diferença de peso ou da quantidade, não caracteriza a prorrogação do prazo de entrega, nem exime o fornecedor da aplicação das penalidades pelo atraso na execução do contrato.

6. REINSPEÇÃO E REANÁLISE DO PRODUTO REPROVADO

6.1. É facultado à CONTRATADA, caso não concorde com a reprovação do produto recebido provisoriamente, o direito a REINSPEÇÃO ou REANÁLISE do lote reprovado, através de solicitação formal a CONTRATANTE no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar a partir da data da comunicação da reprovação. A contratada deverá indicar obrigatoriamente um perito da área comprovadamente credenciado e com qualificação técnica pertinente ao segmento da inspeção ou da análise que reprovou o produto, com competência para acompanhar os procedimentos junto ao laboratório.

6.1.1. O direito a REINSPEÇÃO, caberá somente nos casos em que o lote já tenha sido provisoriamente recebido e desembarcado no local de entrega.

6.1.2. Produtos apresentados fora das especificações do edital, cujos defeitos sejam percebidos e identificados ainda durante o processo de desembarque, serão rejeitados no ato da entrega e devolvidos, não cabendo, nesses casos, reinspeção.

6.2. O laboratório informará por escrito ao FUNDEPAR, a data, hora e local da realização da REINSPEÇÃO/ REANÁLISE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da data do recebimento da solicitação, sendo a CONTRATADA comunicada pela CONTRATANTE.

6.3. Os procedimentos de REINSPEÇÃO/ REANÁLISE serão desenvolvidos pelo laboratório, observando-se os mesmos critérios, parâmetros e métodos empregados na análise anterior e indicados neste manual, devendo a CONTRATADA recolher antecipadamente as respectivas custas, conforme valores constantes na tabela de preços vigente e praticada por este.

6.4. Os exames para a REINSPEÇÃO/ REANÁLISE serão realizados em amostras extraídas dos mesmos lotes do PRODUTO REPROVADO, que deverão se apresentar devidamente lacradas desde a primeira coleta para análise, servindo de contra-prova (amostra 2).



INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 44 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

6.5. **Constatando-se eventuais indícios de violação** ou deterioração das amostras da contra-prova (amostra 2), os resultados da INSPEÇÃO ou da ANÁLISE serão considerados definitivos até que se apurem as responsabilidades. Podendo, conforme o caso, se realizar nova coleta de amostras para proceder a REINSPEÇÃO/ REANÁLISE.

6.6. **A CONTRATANTE** indicará representante para acompanhar a REINSPEÇÃO/REANÁLISE.

6.7. O laboratório elaborará ata descrevendo as atividades relativas ao processo de REINSPEÇÃO/ REANÁLISE que acompanhará o respectivo Certificado de Análise, cujas cópias serão encaminhadas a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a conclusão dos trabalhos. O resultado será comunicado à CONTRATADA.

6.8. **Caso o resultado da REINSPEÇÃO/ REANÁLISE** indique a aprovação do produto, a CONTRATANTE considerará o resultado da análise mais recente e considerará o novo resultado.

6.9. **Os resultados da REINSPEÇÃO/ REANÁLISE** serão considerados definitivos, seja APROVANDO o produto ou confirmando a REPROVAÇÃO, nesse caso, não cabendo qualquer contestação, ficando a CONTRATADA sujeita ao ressarcimento ao FUNDEPAR do custo referente às despesas de armazenagem e movimentação, desde a data de entrada do produto no armazém até a data de sua retirada, conforme as tarifas e métodos vigentes praticados pela unidade armazenadora, bem como a aplicação das demais penalidades e sanções previstas no contrato e na legislação pertinente em vigor. Devendo, obrigatoriamente, RETIRAR o lote REPROVADO no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar a partir da data do comunicado da nova reprovação.

7. SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO REPROVADO

7.1. **Excepcionalmente, a CONTRATADA**, em não optando pela REINSPEÇÃO ou REANÁLISE do PRODUTO REPROVADO NO CONTROLE DE QUALIDADE, poderá solicitar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da comunicação da reprovação, autorização para proceder a RETIRADA e SUBSTITUIÇÃO do lote. Nessa condição, a CONTRATANTE, AVALIARÁ a CONVENIÊNCIA da SUBSTITUIÇÃO. O procedimento só será autorizado, se o prazo para a operação não vier a comprometer o planejamento e a programação de distribuição dos gêneros alimentícios.

7.2. **Caso o lote substituído seja REPROVADO**, restará à CONTRATADA, a retirada do produto no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da comunicação da reprovação. Também ficando às suas expensas o custo referente às despesas de armazenagem e movimentação, desde a data de entrada do produto no armazém até a data de sua retirada, conforme as tarifas e métodos vigentes praticados pela unidade armazenadora, além de ficar sujeita as aplicações das penalidades e sanções previstas no edital e na legislação pertinente em vigor.

8. PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO

| | |
|--|----------------------------|
| PRODUTO | |
| AÇÚCAR DEMERARA ORGÂNICO | |
| 1 CARACTERIZAÇÃO | |
| Descrição do produto: Açúcar é a sacarose obtida a partir da cana-de-açúcar da espécie <i>Saccharum officinarum</i> , através de processos industriais adequados. O açúcar tipo demerara pertence ao Grupo I, Classe Cristal Bruto, e passa por leve refinamento, apresentando polarização maior que 96,0 °Z (noventa e seis graus Zucker). Deve ser orgânico. | |
| Deve conter: açúcar demerara orgânico. | |
| Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzido de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação. | |
| 2 ANÁLISES MÍNIMAS | |
| 2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE | Presença |
| 2.2 Peso Líquido declarado no rótulo | Conforme Portaria 248/2008 |
| 2.3 Características sensoriais | Próprias |
| 2.3.1 Aspecto | Cristais |

| |
|--|
| Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 45 de 75) Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906 |
|--|

| | |
|--|---|
| 2.3.2 Cor | Amarronzada |
| 2.3.3 Odor | Próprio de açúcar demerara |
| 2.3.4 Sabor | Doce |
| 2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde humana | Ausência (crítico) |
| 2.5 Elementos histológicos identificadores de açúcar demerara | Presença (crítico) |
| 2.6 Matérias estranhas indicativas de falhas das Boas Práticas de Fabricação | Conforme critérios da RDC N° 623/22 |
| 2.6.1 Outras falhas (descrever) | Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC N° 623/22). |
| 2.7 Umidade | Máximo 1,2g /100g (crítico) |
| 2.8 Polarização (°Z mín.) | Mínimo 96,0°Z (crítico) |
| 2.9 Cinzas Condutimétricas (% máx.) | Máximo 0,50g/100g (crítico) |
| 2.10 Contaminante inorgânico – Arsênio | Máximo 0,10mg/kg (crítico) |
| 2.11 Contaminante inorgânico – Chumbo | Máximo 0,10mg/kg (crítico) |
| 2.12 Bolores e leveduras UFC/g | n(5) c(2) m(<10) M(102) (crítico) |
| 2.13 Agrotóxico | Ausência (crítico) |
| 3 VALIDADE MÍNIMA | |
| 3.1 Validade mínima de 10 meses contando da data de recebimento na Unidade Armazenadora | |
| 4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo) | |
| 4.1 Tipo: Pacote plástico de polietileno, atóxico, resistente ou embalagem plástica biodegradável. | |
| 4.2 Capacidade: Máximo 5 kg. | |
| 4.3 A embalagem deve conter uma área transparente que possibilite a visualização do conteúdo. | |
| 4.4 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo tamanho formato peso e marca). | |
| 5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo) | |
| 5.1 Tipo: Fardo plástico, de alta densidade, lacrado com fita adesiva de alta aderência e reforçado para embarque ou Caixa de papelão ondulado duplo reforçado – Lacrado com fita adesiva de alta aderência. | |
| 5.2 Capacidade: Máximo 20 kg. | |
| 5.3 A capacidade da embalagem refere-se ao peso do produto. A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, ^{formato} , peso e marca) | |
| 6 REFERÊNCIAS | |
| 6.1 RDC N° 724, de 1° de julho de 2022 / IN 161, de 1° de julho de 2022 | |
| 6.2 RDC N° 623, de 9 de março de 2022 | |
| 6.3 RDC 722, de 1° de julho de 2022 / IN 160, de 1° de julho de 2022 | |
| 6.4 IN N° 47, de 30 de agosto de 2018 | |
| 6.5 Portaria Inmetro nº 248/2008 | |

Observação: Tolerância analítica para o parâmetro físico-químico 2.7: ±0,24 g/100g; 2.8: ± 19,2°Z; 2.9: ± 0,1g/100g; 2.10: ± 0,01 mg/kg; 2.11: ± 0,01 mg/kg.

| |
|--|
| PRODUTO |
| ARROZ ORGÂNICO POLIDO – ATÉ TIPO 2 |
| 1 CARACTERIZAÇÃO |
| Descrição do produto: É o produto obtido de grãos sadios de arroz Oryza sativa que foram submetidos ao tratamento adequado. Deve ser orgânico. |
| Apresentação: Deve apresentar-se classificado como longo fino (até tipo 2) ou longo (até tipo 2) e classificada conforme padrões/normas oficiais vigentes estabelecidos pelo MAPA. Proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzido de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação. |
| Não pode conter: Não é permitida a mistura de classes. |
| 2 ANÁLISES MÍNIMAS |

| | |
|---|--------------------------|
| Protocolo nº 25.082.810-1 | EDITAL (Página 46 de 75) |
| Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS | |
| Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906 | |

| | |
|--|---|
| 2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE | Presença |
| 2.2 Peso líquido declarado no rótulo | Conforme Portaria 248/2008 |
| 2.3 Características sensoriais (Antes do preparo) | |
| 2.3.1 Aparência | Grãos inteiros, sem ou com mínimas quebras |
| 2.3.2 Cor | Característica, de acordo com o tipo de arroz |
| 2.4 Classe diferente da declarada | Ausência |
| 2.5 Tipo | Até 2 |
| 2.6 Matéria estranha prejudicial à saúde | Ausência (crítico) |
| 2.7 Falhas em boas práticas de fabricação: | Conforme critérios da RDC 623/2022 |
| 2.7.1 Insetos vivos | Ausência (crítico) |
| 2.7.2 Ácaros mortos | Máximo 5 ácaros mortos na alíquota analisada (crítico) |
| 2.7.3 Outras falhas - descrever | Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/2022) |
| 2.8 Características sensoriais (Após preparo) | Próprias |
| 2.8.1 Aparência | Solto, firme |
| 2.8.2 Cor | Característica, de acordo com o tipo de arroz |
| 2.8.3 Odor | Característico |
| 2.8.4 Sabor | Característico |
| 2.8.5 Textura | Característica |
| 2.9 Cocção em água | |
| Polido – conforme instruções do rótulo | Positiva |
| 2.10 Umidade | Máximo 13,2 g/100g (crítico) |
| 2.11 Contaminante Inorgânico - Arsênio | Máximo 0,20mg/kg (crítico) |
| 2.12 Contaminante Inorgânico - Chumbo | Máximo 0,20mg/kg (crítico) |
| 2.13 Contaminante Inorgânico - Cádmio | Máximo 0,40mg/kg (crítico) |
| 2.14 Agrotóxico | Ausência (crítico) |
| 3 VALIDADE | |
| 3.1 Validade mínima de 12 meses contando da data de recebimento na Unidade Armazenadora | |
| 4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo) | |
| 4.1 Pacote plástico de polietileno atóxico resistente ou embalagem plástica biodegradável ou metalizada. | |
| 4.2 Atmosfera modificada ou à vácuo. | |
| 4.3 A embalagem deve conter uma área transparente que possibilite a visualização do conteúdo. | |
| 4.4 Máximo 5 kg | |
| 4.5 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso) | |
| 5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo) | |
| 5.1 Caixa de papelão ondulado duplo reforçado – Lacrado com fita adesiva de alta aderência ou fardo plástico (confeccionado em plástico de alta densidade e reforçado para embarque) – Lacrado com fita adesiva de alta aderência. | |
| 5.2 Máximo 20 kg | |
| 5.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso) | |
| 6 REFERÊNCIAS | |
| 6.1 IN 06/2009 - MAPA | |
| 6.2 RDC 623/2022 – ANVISA/MS | |
| 6.3 RDC 722/2022 / IN 160/2022 – ANVISA | |
| 6.4 Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TACO) 1ª ed. Campinas: NEPA – UNICAMP, 2004. | |
| 6.5 Portaria Inmetro nº 248/2008 | |



INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 47 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Observação: Tolerância analítica para o parâmetro físico-químico 2.10: $\pm 2,64$ g/100g; 2.11: $\pm 0,02$ mg/kg; 2.12: $\pm 0,02$ mg/kg; 2.13: $\pm 0,04$ mg/kg.

| | |
|---|---|
| PRODUTO | |
| FARINHA DE MANDIOCA TORRADA ORGÂNICA | |
| 1 CARACTERIZAÇÃO | |
| Descrição do produto: Farinha de mandioca branca é o produto obtido pela ligeira torração da raladura das raízes de mandioca (<i>Manibot utilissima</i>) previamente descascada, lavada, e isentas do radical cianeto. Classe: farinha branca. Farinha de mandioca torrada é a farinha de mandioca branca submetida a nova torrefação. Deve ser orgânico. | |
| Deve conter: farinha de mandioca torrada orgânica. | |
| Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzidos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação. | |
| 2 ANÁLISES MÍNIMAS | |
| 2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE | Presença |
| 2.2 Peso líquido declarado no rótulo | Conforme Portaria nº 248/2008 |
| 2.3 Características sensoriais | Próprias |
| 2.3.1 Aspecto | Característico |
| 2.3.2 Cor | Característico |
| 2.3.3 Aroma | Característico (ausência de odor rançoso ou fermentação) |
| 2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde humana | Ausência (crítico) |
| 2.5 Indicativos de falhas nas boas práticas de Fabricação | Conforme critérios da RDC 623/22 |
| 2.5.1 Material terroso | Ausência (crítico) |
| 2.5.2 Outras falhas – descrever | Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/22) |
| 2.6 Acidez | Máximo 3,0 meq NaOH (0,1N)/100g (crítico) |
| 2.7 Umidade | Máximo 13g/100g (crítico) |
| 2.8 Resíduo mineral fixo | Máximo 1,4 g/100g (crítico) |
| 2.9 <i>Escherichia coli</i> /g | n(5) c(3) m(10) M(10 ²) (crítico) |
| 2.10 <i>Salmonella</i> /25g | n(5) c(0) m(Ausência) M(-) (crítico) |
| 2.11 <i>Bacillus cereus</i> presuntivo /g | n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³) (crítico) |
| 2.12 Agrotóxico | Ausência (crítico) |
| 3 VALIDADE MÍNIMA | |
| 3.1 Validade mínima de 10 meses contando da data de recebimento na Unidade Armazenadora | |
| 4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo) | |
| 4.1 Pacote plástico de polietileno, atóxico, resistente ou embalagem plástica biodegradável. | |
| 4.2 Capacidade: Máximo 1 kg | |
| 4.3 A embalagem deve conter uma área transparente que possibilite a visualização do conteúdo. | |
| 4.4 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso e marca) | |
| 5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo) | |
| 5.1 Tipo: Caixa de papelão duplo reforçado (confeccionada em papelão ondulado e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência OU Fardo plástico (confeccionado em plástico de alta densidade e reforçado para embarque) – Lacrado com fita adesiva de alta aderência. | |
| 5.2 Capacidade: Máximo 12 kg | |
| 5.3 A capacidade da embalagem refere-se ao peso do produto. A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso e marca) | |
| 6 REFERÊNCIAS | |

Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 48 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

6.1 RDC Nº 623, de 9 de março de 2022

6.2 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 / IN Nº 161, de 1º de julho de 2022

6.3 IN Nº 52 de 7 de novembro de 2011

6.4 Portaria Inmetro nº 248/2008

Observação: Tolerância analítica para os parâmetros físico-químicos: 2.6: $\pm 0,6$ meq NaOH (0,1N)/100g; 2.7: $\pm 3g/100g$; 2.8: $\pm 0,28g/100g$.

PRODUTO

FARINHA DE MILHO BIJU ORGÂNICA

1 CARACTERIZAÇÃO

Descrição do produto: É o produto obtido a partir de ligeira torração de grãos sadios e degerminados de milho *Zea mays*, através da torração, estando os grãos previamente macerados, socados e peneirados. **Deve ser orgânica.**

Deve conter: Farinha de milho tipo biju orgânica.

Boas Práticas de Fabricação: Deverá ser fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas. Proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzido de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação.

2 ANÁLISES MÍNIMAS

| | |
|---|---|
| 2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE | Presença |
| 2.2 Peso líquido declarado no rótulo | Conforme Portaria nº 248/2008 |
| 2.3 Características sensoriais | Próprias |
| 2.3.1 Aparência | Característica, flocos inteiros |
| 2.3.2 Textura | Crocante |
| 2.3.3 Cor | Amarela |
| 2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde | Ausência (crítico) |
| 2.5 Elementos histológicos de grãos de milho | Presença (crítico) |
| 2.6 Falhas em boas práticas de fabricação | Conforme critérios da RDC 623/22 |
| 2.6.1 Elementos histológicos estranhos | Ausência (crítico) |
| 2.6.2 Insetos vivos | Ausência (crítico) |
| 2.6.3 Outras falhas - descrever | Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/22) |
| 2.7 Umidade | Máximo 15,0 g/100g (crítico) |
| 2.8 Proteínas | Mínimo 7,0 g/100g (crítico) |
| 2.9 <i>Escherichia coli</i> NMP/g | n(5) c(3) m(10) M(10 ²) (crítico) |
| 2.10 <i>Salmonella</i> /25g | n(5) c(0) m(Aus) M(-) (crítico) |
| 2.11 <i>B. cereus</i> presuntivo UFC/g | n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³) (crítico) |
| 2.12 Aflatoxinas B1+B2+G1+G2 | Máximo 20 mcg/Kg (crítico) |
| 2.13 Agrotóxicos | Ausência (crítico) |

3 VALIDADE

3.1 Validade mínima de 6 meses contando da data de recebimento na Unidade Armazenadora

4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)

4.1 **Pacote plástico** de polietileno, atóxico, resistente ou **embalagem plástica biodegradável**.

4.2 Capacidade: Máximo 1 kg

4.3 A embalagem deve conter uma área transparente que possibilite a visualização do conteúdo.

4.4 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso e marca)

5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)

Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 49 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

5.1 Tipo: **Caixa de papelão duplo reforçado** (confeccionada em papelão ondulado e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência OU **Fardo plástico** (confeccionado em plástico de alta densidade e reforçado para embarque) – Lacrado com fita adesiva de alta aderência.

5.2 Capacidade: Máximo 12 kg

5.3 A capacidade da embalagem refere-se ao peso do produto. A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso e marca)

6 REFERÊNCIAS

6.1 RDC Nº 623, de 9 de março de 2022

6.2 RDC Nº 722, de 1º de julho de 2022 / IN Nº 160, de 1º de julho de 2022

6.3 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 / IN Nº 161, de 1º de julho de 2022

6.4 Portaria Inmetro nº 248/2008

6.5 RDC Nº 604, de 10 de fevereiro de 2022

Observação: Tolerância analítica para os parâmetros físico-químicos 2.7: $\pm 3g/100g$; 2.8: $\pm 1,4g/100g$.

PRODUTO

FARINHA DE TRIGO ORGÂNICA – TIPO 1

1 CARACTERIZAÇÃO

Descrição do produto: Produto obtido pela moagem, exclusivamente, do grão de trigo (*Triticum vulgares*) beneficiado. A farinha de trigo tipo 1 é adquirida a partir do cereal limpo e germinado. Deve ser enriquecido com ferro e ácido fólico com registro no Ministério da Saúde. **Deve ser orgânica.**

Deve conter: Farinha de trigo orgânica enriquecida com ferro e ácido fólico.

Boas Práticas de Fabricação: Proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzido de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação.

2 ANÁLISES MÍNIMAS

| | |
|---|---|
| 2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE | Presença |
| 2.2 Peso líquido declarado no rótulo | Conforme Portaria nº 248/2008 |
| 2.3 Características sensoriais | Próprias |
| 2.3.1 Aspecto | Pó fino branco |
| 2.3.2 Cor | Característico |
| 2.3.3 Aroma | Característico |
| 2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde humana | Ausência (crítico) |
| 2.5 Matérias estranhas indicativas de falhas em boas práticas de fabricação | Conforme critérios da RDC 623/22 |
| 2.5.1 Outras falhas - descrever | Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/22) |
| 2.6 Proteínas | Mínimo 7,5g/100g (crítico) |
| 2.7 Ferro adicionado | Mínimo 4,0 mg/100 g – máximo 9,0 mg/100g (crítico) |
| 2.8 Ácido fólico | Mínimo 140 mcg/100g – máximo 220 mcg/100g (crítico) |
| 2.9 Umidade | Máximo 15,0g/100g (crítico) |
| 2.10 Contaminante inorgânico – Arsênio | Máximo 0,20 mg/kg (crítico) |
| 2.11 Contaminante inorgânico – Chumbo | Máximo 0,20 mg/kg (crítico) |
| 2.12 Contaminante inorgânico – Cádmio | Máximo 0,20 mg/kg (crítico) |
| 2.13 <i>Salmonella</i> /25g | n(5) c(0) m(Ausência) M(-) |
| 2.14 <i>Bacillus cereus</i> presuntivo /g | n(5) c(1) m(10^2) M(10^3) |
| 2.15 <i>Escherichia coli</i> /g | n(5) c(3) m(10) M(10^2) |
| 2.16 Agrotóxico | Ausência (crítico) |



INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 50 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

| |
|---|
| 3 VALIDADE MÍNIMA |
| 3.1 Validade mínima de 5 meses contando da data de recebimento na Unidade Armazenadora |
| 4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo) |
| 4.1 Pacote plástico de polietileno, atóxico, resistente ou embalagem de papel tipo kraft virgem, branco, atóxico, resistente e impresso ou Pacote plástico biodegradável . |
| 4.2 Capacidade: Máximo 2 kg. |
| 4.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso e marca) |
| 5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo) |
| 5.1 Tipo: Caixa de papelão duplo reforçado (confeccionada em papelão ondulado e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência OU Fardo plástico (confeccionado em plástico de alta densidade e reforçado para embarque) – Lacrado com fita adesiva de alta aderência. |
| 5.2 Capacidade: Máximo 12 kg. |
| 5.3 A capacidade da embalagem refere-se ao peso do produto. A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso e marca) |
| 6 REFERÊNCIAS |
| 6.1 RDC Nº 623, de 9 de março de 2022 |
| 6.2 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 / IN Nº 161, de 1º de julho de 2022 |
| 6.3 RDC Nº 722, de 1º de julho de 2022 / IN Nº 160, de 1º de julho de 2022 |
| 6.4 RDC Nº 604, de 10 de fevereiro de 2022 |
| 6.5 Portaria Inmetro nº 248/2008 |
| 6.6 Instrução Normativa 08/2005 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| Observação: Tolerância analítica para os parâmetros físico-químicos 2.6: $\pm 1,5g/100g$; 2.9: $\pm 3g/100g$; 2.10: $\pm 0,02mg/Kg$; 2.11: $\pm 0,02mg/Kg$; 2.12: $\pm 0,02mg/Kg$. |

| | |
|---|---|
| PRODUTO | |
| FEIJÃO PRETO ORGÂNICO – ATÉ TIPO 2 | |
| 1 CARACTERIZAÇÃO GERAL | |
| Descrição do produto: É o produto obtido a partir de grãos sadios provenientes das espécies <i>Phaseolus vulgaris</i> L., grupo I, classe preto, tipo preto. Deve ser orgânico. | |
| Boas Práticas de Fabricação: O produto deverá estar limpo, isento de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação; deverá apresentar tamanho, cor e formato uniforme. Proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzido de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação. | |
| 2 ANÁLISES MÍNIMAS | |
| 2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE | Presença |
| 2.2 Peso líquido declarado no rótulo | Conforme Portaria 248/2008 |
| 2.3 Características sensoriais (antes do preparo) | |
| 2.3.1 Aspecto | Característico, grãos de feijão preto |
| 2.3.2 Cor | Característica de feijão preto |
| 2.4 Classe diferente da declarada | Ausência |
| 2.5 Tipo | Até 2 |
| 2.6 Matéria estranha prejudicial à saúde | Ausência (crítico) |
| 2.6.1 Falhas em boas práticas de fabricação: | Conforme critérios da RDC 623/2022 |
| 2.6.2 Insetos vivos | Ausência (crítico) |
| 2.6.3 Matéria terrosa | Ausência (tolerável) |
| 2.6.4 Ácaros mortos | Máximo 5 ácaros mortos na alíquota analisada (crítico) |
| 2.7 Outras falhas - descrever | Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/2022) |
| 2.8 Características sensoriais (Após preparo) | Próprias |
| 2.8.1 Teste de cocção em água por 30 minutos (em pressão após 12 horas de molho) | Positivo |

| |
|--|
| Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 51 de 75) Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906 |
|--|

| | |
|---|---|
| 2.8.2 Aparência | Característica de grãos de feijão pretos cozidos com caldo grosso |
| 2.8.3 Cor | Característica, de acordo com o tipo de feijão |
| 2.8.4 Odor | Característico |
| 2.8.5 Sabor | Característico |
| 2.8.6 Textura | Característica |
| 2.9 Umidade | Máximo 14,9g/100g (crítico) |
| 2.10 Contaminante inorgânico - Arsênio | Máximo 0,10mg/kg (crítico) |
| 2.11 Contaminante inorgânico – Chumbo | Máximo 0,10mg/kg (crítico) |
| 2.12 Contaminante inorgânico – Cádmi | Máximo 0,10mg/kg (crítico) |
| 2.13 Aflatoxinas B1 + B2 + G1 + G2 | Máximo 5 mcg/ kg (crítico) |
| 2.14 Ocratoxina A | Máximo 10 mcg/kg |
| 2.15 Agrotóxico | Ausência (crítico) |
| 3 VALIDADE MÍNIMA | |
| 3.1 Validade mínima de 12 meses contando da data de recebimento na Unidade Armazenadora | |
| 3.2 Fabricado em até no máximo 60 dias antes da data da entrega do lote | |
| 4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo) | |
| 4.1 Pacote plástico de polietileno, atóxico, resistente ou embalagem plástica biodegradável ou metalizada. | |
| 4.2 Atmosfera modificada ou à vácuo. | |
| 4.3 A embalagem deve conter uma área transparente que possibilite a visualização do conteúdo. | |
| 4.4 Máximo 5 kg | |
| 4.5 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso e marca) | |
| 5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo) | |
| 5.1 Tipo: Caixa de papelão duplo reforçado (confeccionada em papelão ondulado e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência OU Fardo plástico (confeccionado em plástico de alta densidade e reforçado para embarque) – Lacrado com fita adesiva de alta aderência. | |
| 5.2 Máximo 20 kg | |
| 5.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso e marca) | |
| 6 REFERÊNCIAS | |
| 6.1 IN 12/2008 - MAPA | |
| 6.2 RDC 623/2022 – ANVISA/MS | |
| 6.3 RDC 722/2022 / IN 160/2022 – ANVISA | |
| 6.4 Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TACO) 1ª ed. Campinas: NEPA – UNICAMP, 2004. | |
| 6.5 Portaria Inmetro nº 248/2008 | |

Observação: Tolerância analítica para os parâmetros físico-químicos 2.9: ± 2,98 g/100g; 2.10: ±0,01mg/kg; 2.11: ±0,01 mg/kg; 2.12: ± 0,01mg/kg.

| | |
|--|-------------------------------|
| PRODUTO | |
| FUBÁ DE MILHO ORGÂNICO | |
| 1 CARACTERIZAÇÃO | |
| Descrição do produto: É o produto obtido a partir da moagem de grãos sadios de milho (<i>Zea mays</i>), degerminados ou não, e peneirados. Deve ser enriquecido com ferro e ácido fólico, conforme legislação vigente. Deve ser orgânico. Deve conter: Fubá de milho comum orgânico enriquecido com ferro e ácido fólico. Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzidos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação. | |
| 2 ANÁLISES MÍNIMAS | |
| 2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE | Presença |
| 2.2 Peso líquido declarado no rótulo | Conforme Portaria nº 248/2008 |
| 2.3 Características sensoriais | |
| 2.3.1 Aparência | Característica |

| |
|--|
| Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 52 de 75) Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906 |
|--|

| | |
|---|---|
| 2.3.2 Textura | Pó fino, sem grumos |
| 2.3.3 Cor | Amarelo |
| 2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde | Ausência (crítico) |
| 2.5 Elementos histológicos de grãos de milho | Presença (crítico) |
| 2.6 Falhas em boas práticas de fabricação | Conforme critérios da RDC 623/22 |
| 2.6.1 Elementos histológicos estranhos | Ausência (crítico) |
| 2.6.2 Outras falhas - descrever | Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/22) |
| 2.7 Ferro adicionado | Mínimo 4,0 mg/100 g – máx. 9,0 mg/100g (crítico) |
| 2.8 Ácido Fólico | Mínimo 140 mcg/100g – máx. 220 mcg/100g (crítico) |
| 2.9 Umidade | Máximo 11,5 g /100g (crítico) |
| 2.10 <i>Escherichia coli</i> NMP/g | n(5) c(3) m(10) M(10 ²) (crítico) |
| 2.11 <i>Salmonella</i> /25g | n(5) c(0) m(Ausência) M(-) (crítico) |
| 2.12 <i>B. cereus</i> presuntivo UFC/g | n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³) (crítico) |
| 2.13 Agrotóxicos | Ausência (crítico) |
| 3 VALIDADE MÍNIMA | |
| 3.1 Validade mínima de 7 meses contando da data de recebimento na Unidade Armazenadora | |
| 4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo) | |
| 4.1 Pacote plástico de polietileno, atóxico, resistente ou embalagem plástica biodegradável ou metalizada. | |
| 4.2 Capacidade: Máximo 1 kg | |
| 4.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso e marca) | |
| 5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo) | |
| 5.1 Tipo: Caixa de papelão duplo reforçado (confeccionada em papelão ondulado e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência OU Fardo plástico (confeccionado em plástico de alta densidade e reforçado para embarque) – Lacrado com fita adesiva de alta aderência. | |
| 5.2 Capacidade: Máximo 12 kg | |
| 5.3 A capacidade da embalagem refere-se ao peso do produto. A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso e marca) | |
| 6 REFERÊNCIAS | |
| 6.1 RDC N° 623, de 9 de março de 2022 | |
| 6.2 RDC N° 722, de 1° de julho de 2022 / IN N° 160, de 1° de julho de 2022 | |
| 6.3 RDC N° 724, de 1° de julho de 2022 / IN N° 161, de 1° de julho de 2022 | |
| 6.4 Portaria Inmetro nº 248/2008 | |
| 6.5 RDC N° 604, de 10 de fevereiro de 2022 | |

Observação: Tolerância analítica para os parâmetros físico-químicos 2.9: ±2,3g/100g.



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 53 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**ANEXO II
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital, para o e-mail da Comissão de Contratação: closeed@fundepar.pr.gov.br

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, ou o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUF), elaborado e emitido pelo sítio do GMS Compras Paraná, www.comprasparana.pr.gov.br e os documentos abaixo descritos, salvo os que já estejam contemplados e válidos nos referidos certificados:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 0,5 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 0.5 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 0,5 no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 Nos termos do §2º do art. 96 do Decreto nº 10.086/2022, os indicadores dos índices solicitados no subitem 1.4.1.5 devem ser calculados de forma a apresentar dois conjuntos de indicadores relativos a cada período que se referem as demonstrações contábeis.

1.4.1.7 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1- 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características, quantidades prazos, o fornecimento de gêneros alimentícios em quantidade de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento), em relação à quantidade de bens exigida para cada lote.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 55 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Obs.:

a) Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

b) Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

c) DOCUMENTO INDICADO NO SUBITEM 1.5.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA – DESCRITIVO TÉCNICO



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 56 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 235/2026 Ano: 2026

DADOS DO FORNECEDOR

| | | |
|-------------|----------------------|-----------------|
| Fornecedor: | | |
| CNPJ/CPF : | Inscrição Estadual : | |
| Endereço : | | |
| Bairro: | | |
| CEP: | Cidade: | Estado: |
| Telefone: | Fax: | e-mail: |
| Banco: | Agência: | Conta-corrente: |

Constitui objeto desta licitação: aquisição Grupo XIV –Orgânicos - açúcar demerara orgânico, arroz polido orgânico – até tipo 2, farinha de mandioca torrada orgânica, farinha de milho biju orgânica, farinha de trigo orgânica – tipo 1, feijão preto orgânico – até tipo 2 e fubá de milho orgânico, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

1. Especificações técnicas:

| Lote 1 | Descrição | Quantidade | Valor Unitário Bruto | Valor Total Bruto | Valor Unitário s/ ICMS | Valor Total s/ ICMS | Alíquota % ICMS |
|--------|-----------|------------|----------------------|-------------------|------------------------|---------------------|-----------------|
| 1 | | | | | | | |

2. A validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data _____ Representante Legal



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 57 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹ A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 58 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 59 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO VI

Local de Entrega: UNIDADE ARMAZENADORA IDR

Avenida Ayrton Senna da Silva, 2094, Jardim Boa Esperança, Centro, Pinhais/PR – CEP 83.320-970 – PINHAIS/ PR

Responsável pelo Recebimento: Josemar

Telefone: (41) 3667-4080

Horário de Funcionamento: segunda a sexta-feira, das 08h às 17h

E-mail: pinhais@codapar.pr.gov.br josemaramora@idr.pr.gov.br



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 60 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Anexo VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

| | |
|--|-----------------------------------|
| PROCESSO LICITATÓRIO N.º 235/2026 | PROTOCOLO N.º 25.082.810-1 |
| DATA DE PUBLICAÇÃO: | VALIDADE DA ATA: |

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, localizado à Rua dos Funcionários, 1323, Cabral, CEP 80.035-050, Curitiba/Paraná, aqui representado pela Senhora Eliane Teruel Carmona, Diretora-Presidente do FUNDEPAR, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º **235/2026** homologado pela sua Diretora-Presidente, para a futura e a eventual aquisição de gêneros alimentícios do Grupo XIV –Orgânicos - açúcar demerara orgânico, arroz polido orgânico – até tipo 2, farinha de mandioca torrada orgânica, farinha de milho biju orgânica, farinha de trigo orgânica – tipo 1, feijão preto orgânico – até tipo 2 e fubá de milho orgânico, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar** nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de gêneros alimentícios do Grupo XIV –Orgânicos - açúcar demerara orgânico, arroz polido orgânico – até tipo 2, farinha de mandioca torrada orgânica, farinha de milho biju orgânica, farinha de trigo orgânica – tipo 1, feijão preto orgânico – até tipo 2 e fubá de milho orgânico, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

1- : **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 01 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

| Lote 1 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Quantidade | Unidade de medida | Preço Unitário Registrado | Validade da Ata |
|--------|---------------------|---------------------------|------------|-------------------|---------------------------|-----------------|
|--------|---------------------|---------------------------|------------|-------------------|---------------------------|-----------------|

| | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|
| 1 | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|

LOTE 02 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

| Lote 2 | Descrição do objeto | Exigências complementares | Quantidade | Unidade de medida | Preço Unitário Registrado | Validade da Ata |
|--------|---------------------|---------------------------|------------|-------------------|---------------------------|-----------------|
| 1 | | | | | | |

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, nos termos do art. 299 do Decreto 10.086/2022, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – DO COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

5.1.2 A atualização anual dos preços registrados será feita de forma automática pela Administração com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo por termo inicial a data do orçamento estimado, de **08/12/2025**, e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da última atualização.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2. emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

10.5 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e dos órgãos ou entidade demandante, quando couber.



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 63 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CADASTRO DE RESERVA

11. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet www.comprasparaná.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14. O Pregão Eletrônico nº **235/2026** é realizado pelo Pregoeiro(a) Saionara Cristina Bocalon, designada na Portaria n.º 579/2025, publicada no DIOE Executivo edição n.º 12.019 de 30/10/2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente Fundepar
Decreto 3270/2023

Saionara Cristina Bocalon
Pregoeira Fundepar
Portaria 579/2025

FORNECEDORES

| LOTE/Item | CLASSIFICAÇÃO | RAZÃO SOCIAL | REPRESENTANTE LEGAL |
|-----------|---------------|--------------|---------------------|
| 01 | 1.º | | |
| 02 | 1.º | | |
| 03 | 1.º | | |



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 64 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**Anexo da Ata de Registro de Preços
Cadastro de Reserva**

PROCESSO LICITATÓRIO PE 235/2026

PROTOCOLO 25.082.810-1

| FORNECEDOR | | | |
|---------------------|---------------------------|-----------------|-----------|
| CNPJ - NOME EMPRESA | | | |
| LOTE | VALOR UNITÁRIO REGISTRADO | CARACTERÍSTICAS | COLOCAÇÃO |
| X | R\$ xx,xx | xxxx | |
| X | R\$ xx,xx | xxxx | |

| FORNECEDOR | | | |
|---------------------|---------------------------|-----------------|-----------|
| CNPJ – NOME EMPRESA | | | |
| LOTE | VALOR UNITÁRIO REGISTRADO | CARACTERÍSTICAS | COLOCAÇÃO |
| X | R\$ xx,xx | xxxx | |
| X | R\$ xx,xx | xxxx | |



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 65 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO VIII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar, com sede na Rua dos Funcionários, 1323, esquina com rua Recife, Bairro Cabral, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob o n.º 22.112.109/0001-53, neste ato representado pela sua Diretora-Presidente, Senhora Eliane Teruel Carmona, nomeada pelo Decreto n.º 3270/2023, inscrito(a) no CPF sob o n.º 797.219.159-04, portadora da carteira de identidade n.º 4.892.128-0.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], com sede no(a) [XXXXXXXXXX], neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXXX], residente e domiciliado no(a) [XXXXXXXXXX], e-mail [XXXXXXXXXX] e telefone [XXXXXXXXXX].

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 235/2026 (protocolo n.º 25.082.810-1) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Aquisição de gêneros alimentícios do Grupo III – Grãos: Arroz parboilizado convencional, arroz parboilizado ATM ou vácuo, arroz polido convencional, arroz polido ATM ou vácuo, feijão preto convencional, feijão preto ATM ou vácuo, canjica, milho para pipoca e amendoim in natura, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conforme descrito no Termo de Referência.

| Lote XXXX | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário | Valor total |
|--------------|---------------------|------------------------------|----------------------|------------|-------------------|-------------|
| 1 | | | | | R\$ | R\$ |

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 235/2026, objeto do processo administrativo n.º 25.082.810-1, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º [XXXXXXXXXX], de [XXXXXXXXXX] e conforme ato de autorização nas fls. 413 deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 Os bens deverão ser fornecidos de forma parcelada em até 20 (vinte) dias, conforme descrito no item 1.4 – Do fornecimento do Termo de Referência (Anexo I)



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 66 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ **XXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO)**.

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado de **08/12/2025**.

5.1.2. O reajuste será concedido automaticamente mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI) , na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 Os itens serão recebidos provisoriamente no momento da entrega, no prazo de até 20 (vinte) dias, na unidade armazenadora, para realização de inspeção e coleta de amostras por responsável técnico do laboratório contratado pelo Fundepar, a fim de verificar as conformidades descritas no Manual de Especificação Técnica.

7.3 O recebimento definitivo pelo Fundepar será considerado somente após a emissão do laudo de conformidade pelo laboratório contratado pelo FUNDEPAR. Cada item terá prazo específico para recebimento definitivo, em conformidade com o Manual de Especificação Técnica, uma vez que os tempos de análise variam de acordo com as características de cada produto. As amostras serão coletadas na Unidade Armazenadora e encaminhadas ao laboratório credenciado, onde serão realizadas as análises previstas no referido Manual. À medida que os resultados forem disponibilizados, será emitido o termo de recebimento definitivo através da atualização do status de aprovado no sistema merenda, consignando eventuais intercorrências.

7.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 67 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

7.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
Subitem de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias contados de __/__/__ a __/__/__, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos do art. 111 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do item em perfeitas condições, conforme Manual de Especificação Técnica, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência e validade.

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990). Em caso de notificação de não conformidade, o fornecedor deverá realizar a substituição do produto que evidencie o vício/dano no local onde ocorreu o fato.

10.1.3 Caso, após a entrega dos produtos nas escolas, sejam identificados problemas, avarias ou defeitos, e fique comprovado que tais ocorrências são de responsabilidade do fornecedor, este deverá, obrigatoriamente e às suas expensas, reparar o dano, substituir ou corrigir o produto no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, ou conforme o prazo estabelecido no Termo de Referência.

10.1.4 Caso o fornecedor não realize a coleta do(s) produto(s) com avaria ou defeito dentro do prazo estipulado no item 10.1.3, e considerando que o armazenamento de produtos danificados ou com possível contaminação que representa risco à segurança sanitária do estoque e da alimentação escolar, será autorizado às escolas procederem com o descarte do(s) item(ns) comprometido(s), a fim de preservar a saúde dos estudantes e a integridade dos demais gêneros armazenados.

10.1.5 Comunicar formalmente ao Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, quaisquer ocorrências que possam impossibilitar o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando a devida justificativa e documentação comprobatória. As comunicações efetuadas após o início do prazo de entrega não serão consideradas para efeito de prorrogação, podendo o fornecedor responder pelo descumprimento das obrigações contratuais, nos termos do contrato e da legislação aplicável.

10.1.6 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.7 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.8 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.9 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 68 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

10.1.10 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.10.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.10.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.10.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.11 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.1.12 adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;

10.1.13 apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite de proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente a conformidade do objeto recebido provisoriamente conforme item 9.3, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, no prazo estabelecido no item 9.5;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.2.12 atentar aos itens referentes à Matriz de Risco de nível Médio alocados à Administração relacionados à indisponibilidade de recursos financeiros e ao atraso nos processos licitatórios.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 69 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.5 Os pagamentos e as notas fiscais emitidas ocorrerão à conta do FUNDEPAR, de acordo com orientações da contratante.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

12.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

12.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

12.2.2 seguro-garantia;

12.2.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

12.2.4 título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total (inciso IV do art. 96 da Lei Federal n 14.133/2021), incluído pela Lei Federal nº 14.770/2023.

12.3 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do Contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

12.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

12.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.6 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.7 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

12.8 No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

12.9 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

d) As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.3 Será admitida, de forma excepcional, a subcontratação exclusiva do serviço de transporte dos produtos de acordo com o item 14.2 do termo de Referência;

15.3.1 A subcontratação autorizada refere-se exclusivamente à logística de entrega, compreendendo apenas os serviços de transporte dos bens, não se aplicando ao objeto principal da contratação. Permanece, portanto, vedada a subcontratação total dos itens licitados, conforme estabelecido no item 14.1, em razão das especificações técnicas e da natureza do objeto.

15.3.2 A subcontratação do transporte não transfere à empresa subcontratada qualquer responsabilidade direta perante o Contratante, sendo a empresa Contratada integralmente responsável pela execução do objeto contratado, incluindo o cumprimento dos prazos, os locais de entrega e a qualidade dos produtos

15.4 A subcontratada deve apresentar os mesmos requisitos de habilitação do Contratado.

15.4.1 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15.4.2 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 72 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 73 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 74 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.082.810-1 EDITAL (Página 75 de 75)
Pregão Eletrônico nº 235/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90235/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO X

DECLARAÇÃO LGPD

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal